

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FILHO, Calixto Salomão. Calixto Salomão Filho (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 5min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Calixto Salomão Filho
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Clarissa Piterman Gross; Muriel Soares; Rafael Mafei Rabelo Queiroz;

Levantamento de dados: Muriel Soares;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 17/12/2012

Duração: 2h 5min

Arquivo digital - áudio: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getulio Vargas. O projeto tem como objetivo a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Alemanha; Atividade acadêmica; Atividade profissional; Brasil; Caio Prado Júnior; Celso Furtado; Constituição federal (1988); Cooperação acadêmica; Direito; Direito comercial; Direitos humanos; Economia; Engenharia; Ensino superior; Escola Politécnica; Esportes; Estados Unidos da América; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Família; Formação escolar; França; História; Imigração; Infância; Intercâmbio científico e tecnológico; Itália; Magistério; Mercado; Obras de referência; Paulo Benevides; Pesquisa científica e tecnológica; Poder judiciário; Política; Pós - graduação; Sérgio Buarque de Hollanda; Sociedade civil; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 07/12/2012 Origens familiares; comentários sobre o incêndio na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1968; o trabalho do pai como advogado; a relação com os tios paternos; o interesse por navios; o ingresso na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), no curso de Engenharia Naval; comentários sobre a relação da família com a religião; os anos de estudo no Colégio Rio Branco; o gosto pelo esporte desenvolvido no colégio; o ambiente familiar de imigrantes recentes; origem dos pais; a viragem da engenharia para o direito; a entrada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP), em 1984; a participação política do entrevistado durante a faculdade; as amizades durante os anos de estudo; a influência do professor Fábio Konder Comparato; a importância da Monitoria de Direito Romano; o ensino jurídico; comentários sobre o pluralismo de visões na Faculdade de Direito da USP; as obras marcantes durante a formação em Direito; o interesse pela História; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; Formação econômica do Brasil, de Celso Furtado; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado; O poder do controle na sociedade anônima, de Fábio Comparato; Curso de direito constitucional, de Paulo Bonavides; o interesse pelo Direito Comercial; a formação do entrevistado no ano da promulgação da Constituição de 1988; o interesse pela História do Direito; o doutorado em Direito Comparado na Universidade de Roma, de 1989 a 1993; o doutorado sanduíche em Hamburgo, na Alemanha; a escolha pelo doutorado; os anos de estudo na Itália; a importância dos professores italianos; as amizades feitas pelo entrevistado durante o doutorado; a tese sobre a Sociedade Unipessoal; a defesa da tese de doutorado; a volta ao Brasil, em 1993; o trabalho no escritório Dória Ribeiro Dinamarco; a relação entre a academia e a prática de advocacia; a livre-docência nos Estados Unidos, em 1995; a importância do professor Guido Calabresi; o antitruste como tese de livre-docência; a importância dos professores Larry Lessig e Owen Fiss; a volta ao Brasil, em 1996; a recepção da tese do entrevistado; o ingresso na Faculdade de Direito da USP como professor associado, em 1997; a atuação profissional; a preferência pela pesquisa, em detrimento da docência; a experiência profissional na Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris); a cooperação internacional e o interesse por pesquisadores brasileiros; o contato com a professora Marie-Anne Frison-Roche, organizadora da coleção Droit et Economie, na qual o

livro *Histoire Critique des Monopoles*, de autoria do entrevistado, faz parte; o interesse do entrevistado pelas línguas; a cooperação internacional na área do Direito Comercial, área de atuação do entrevistado; a atividade profissional entre a docência e a advocacia; o trabalho no escritório Levy & Salomão; o desligamento do escritório; o trabalho como coordenador de Convênios e Intercâmbios Internacionais; comentários sobre o aumento de oportunidade de intercâmbios acadêmicos nas faculdades brasileiras; comentários sobre a disciplina de Teoria Fundamental dos Direitos Humanos, ministrada pelo entrevistado; as relações entre Direitos Humanos e estrutura econômica; o concurso para professor titular na Faculdade de Direito da USP; comentários sobre a carreira após a titularidade na Faculdade de Direito da USP; comentários sobre a pesquisa jurídica no Brasil; a carreira docente; o ensino do Direito na atualidade; comentários sobre a obra acadêmica do entrevistado; o Direito Econômico no Brasil; comentários sobre o livro *O poder de controle na sociedade anônima*; o Direito Concorrencial no Brasil; a relação entre mercado e academia; a atuação como jurista; a participação do entrevistado na elaboração das regras do novo mercado da Bovespa; comentários sobre as experiências profissionais; comentários sobre o estudante de Direito na atualidade; comentários sobre o controle do poder; a necessidade da organização da sociedade civil como forma de controlar o poder; comentários sobre os artigos “Menos mercado”, de 2008, e “Menos mercado 2”, de 2011; a trajetória e a consolidação profissional e acadêmica do entrevistado; o momento de auto valorização profissional; a atividade docente e o diálogo com os alunos; os aspectos positivos e negativos do Direito; comentários sobre o que seria um grande jurista; comentários sobre a possibilidade transformadora do direito.

Entrevista: 07/12/2012

M.S. – São Paulo, 7 de dezembro de 2012, primeira entrevista com o professor Calixto Salomão Filho para o Projeto de História Oral do Campo Jurídico em São Paulo, realizado pelo CPDOC e pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas¹. Caro professor, primeiro, muito obrigada por nos conceder essa entrevista. É... Nós gostaríamos de iniciá-la com o senhor nos contando um pouco sobre a sua infância, a data e o local do seu nascimento, as suas origens familiares...

C.S. – É... Data e local é... 31 de janeiro de 65. Eu nasci em um lugar foi, que se tornou famoso na Revolução por causa das disputas, a Rua Maria Antonia. Meus pais moravam na Rua Maria Antonia. Aliás, tem um... Aí tem um dado, uma passagem interessante. Mas é... Então eu nasci em 31 de janeiro de 65, na Rua Maria Antonia. Meus pais eram, enfim, filhos de imigrantes. De um lado imigrante árabe, meu pai e minha mãe, é... De italianos e portugueses. E eu disse um, e um episódio interessante porque quando eu tinha três anos era 1968, que eu digo, eu brinco que essa é a minha única participação na Revolução. Eu tinha três anos e minha mãe estava indo com meu irmão na mão e eu no carrinho porque com três anos, por causa do problema na perna eu não andava ainda. Então estava empurrando um carrinho e estava começando a disputa, o CCC destruindo a Faculdade de Filosofia, estava começando a chuva de coquetéis molotov, não é. E aí gritavam: “Dona, dona. Pára, pára que está...”. Aí ela não entendeu, ela estava indo para o supermercado e foi andando. Aí eles gritaram: “Pára, pára, pára.” E parou a guerra durante dois minutos até ela passar. Foi só ela passar e chegar no supermercado, recomeçou e terminou com a destruição da Faculdade de Filosofia que é um evento... Foi um dos marcos da... Do recrudescimento da Revolução de 68 foi isso. E aí nós ficamos algumas horas presos no Pão-de-Açúcar e ela narra que meu irmão depois ficou tendo sonhos com o incêndio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ficava... Não sei. Não é da época de vocês, mas ela incendiou, ficou totalmente destruída depois reconstruída. E ele ficou tendo sonhos com essa coisa. Então a minha pequena participação foi segurar durante dois minutos a destruição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

¹ A cargo dos pesquisadores Rafael Mafei, Muriel Soares e Clarissa Gross.

R.M. – É... O senhor tinha... Além desse irmão, o senhor tinha outros irmãos?

C.S. – Não, não. Só nós dois.

R.M. – Dois irmãos. É... O seu pai, sua mãe... O senhor comentou, seu pai de origem árabe, sua mãe de origem italiana. Qual era a profissão do seu pai?

C.S. – Então, meu pai era... Ele estudou na São Francisco, ele era advogado. No início ele pagava os estudos sendo radialista. Porque eu não sei, mas vários na família do meu pai se tornaram radialistas e um irmão ajudava o outro. Eram muitos irmãos e tal e ele financiou os estudos dele, a sobrevivência dele em São Paulo enquanto estudava é... Trabalhando em rádio, mas depois ele... Quando eu nasci ele trabalhava. Ele tinha um pequeno... Como naquela época... Era um escritório muito pequeno, era uma salinha só ele e durante anos ele trabalhou como advogado. E a minha mãe era... Como na época também havia esse costume, ela não trabalhava. Ela cuidava da casa.

R.M. – Seu pai atuava com alguma área do Direito em particular?

C.S. – Não. Na época também isso... Quer dizer, havia, mas era incomum. Ele era um generalista. Fazia tudo: cível, eu acho que penal não fazia, mas tudo o que era cível, comercial, família, é... Tudo ele fazia. Um escritório só, muito pequenininho, só uma salinha dele.

R.M. – É... A família, além do seu pai e da sua mãe. Então o senhor mencionou que o seu pai tinha muitos irmãos, não é? Era uma família... Estavam todos em São Paulo? Era uma família que se reunia, tanto do lado do seu pai e no lado da sua mãe. É uma família...

C.S. – Não se reuniam...

R.M. – O senhor vivia influências de tios, primos, de um lado, de outro? Alguém que o senhor julgue que tenha sido...

C.S. – Olha, eu volto ao episódio engraçado. Esses episódios da Revolução estão todos um pouco na minha infância. Porque o meu tio, todos os nomes que vocês não... Mas ele era um dos meus tios, era... Dois eram radialistas. Um era o Salomão Ésp² que há pouco tempo se aposentou da Bandeirantes, ainda faz um... O outro era o... Chama [Musa] Salomão, mas ele era conhecido como Salomão Junior³. Ele tinha um programa de músicas. Ele trabalhava na Rádio Nove de Julho e eu pedia, pedia porque eu queria conhecer como era uma rádio. Eu tinha uns nove, dez anos. E uma vez... Um dia ele me levou. Pois no dia que ele me levou, a Rádio Nove de Julho foi cortada pelos militares. Eu lembro que eu estava lá e ele... E ele estava fazendo o programa, eu do lado dele e apareceu um do, no vidro fazendo assim⁴. A rádio foi... Aí ele ficou uns anos brincando: “Ó, não vou dizer que o menino é pé frio, mas foi só ele vir aqui que cortaram a rádio e eu perdi o emprego.” Então é... Esses tios radialistas... Eu tinha um... Enfim, eu tinha uma curiosidade pelo trabalho deles que trabalhavam em rádios, não é. Mas, mais isso. Eu tinha mais contato com o Salomão Ésp e com o Salomão Junior, com esses dois.

R.M. – O senhor considerou tendo essas pessoas tão importantes na sua... Como influência para o senhor? O senhor considerou carreira em jornalismo ou [escritor]?

C.S. – Não.

R.M. – Sempre Direito, sempre soube...

C.S. – Por personalidade, pelo que vocês estão vendo aqui, por personalidade eu não tinha, eu não tinha... Eu não tinha personalidade para jornalismo. Agora não foi sempre Direito não. Eu sempre achei que eu ia, que eu queria construir navios. É... Desde criança. Isso me fez prestar o vestibular para a Poli e fazer um ano de Escola Politécnica antes de ir para o Direito.

R.M. – Engenharia Naval?

² Salomão Ésp. Jornalista e radialista brasileiro.

³ Nome sujeito à conferência.

⁴ O entrevistado faz um gesto de “corte”.

C.S. – Engenharia Naval. Aí eu cheguei a pegar na minha época era aquele primeiro ano Geral e que se fazia uma prova dentro da Poli para pegar as especialidades. Aí eu cheguei a pegar Engenharia Naval e já no final do primeiro ano junto com isso, eu já estava meio desconte eu prestei São Francisco. Aí eu fiquei o segundo ano fazendo as duas na época ainda *podia*. É... E aí eu desisti da engenharia.

M.S. – E o senhor acompanhava o seu pai no escritório dele?

C.S. – Pouco. Quando criança. Quando criança eu ia no escritório olhar, mas não muito. Pouco. Eu não... Porque na época, quando criança, eu ainda tinha atração por outras coisas, sobretudo por navios. Então eu estava mais interessado nos navios do que no Direito. Eu acho que o interesse pelo Direito veio depois.

R.M. – É... Religiosidade e política. Sua família era uma família religiosa? Ou o seu pai, ou sua mãe.

C.S. – Católicos, mas não muito praticantes não. Nada, nada... Não era, não era... Não era muito. E meu pai, isso me passou uma influência, ele tinha uma certa resistência ao que dizia, ele um pouco anticlerical, sabe? É... Ele tinha uma certa resistência a essa burocracia da Igreja e essa coisa que eu também tenho hoje. Então apesar de católico eu acho que talvez tenha herdado isso um pouco.

R.M. – É...política. A sua família era uma família politicamente engajada?

C.S. – Não, não. Não particularmente. Não. Não me lembro de nada, de nada específico.

R.M. – Discutia-se política em casa, à mesa, no jantar?

C.S. – Não. Não. É uma coisa que eu até sentia falta. Depois eu fui ter mais contato com política na faculdade, porque... Porque na época do movimento dos... Dos movimentos pelas Diretas Já e na faculdade.

R.M. – É e escola professor. Onde o senhor estudou?

C.S. – No Rio Branco. Colégio Rio Branco, que era ali perto na Maria Antonia. Estudei a minha vida inteira lá. É... Até enfim, até ir para a faculdade.

R.M. – E o senhor é... O que é que o senhor considera de mais importante que o senhor tenha levado do seu tempo de escola em termos tanto de formação quanto de é... Amizades.

C.S. – É... Talvez... Engraçado não foi tanto o é... Talvez o gosto pela... Se desenvolveu muito no Rio Branco em mim o gosto pelo esporte, particularmente pelo basquete, que eu era do time e isso para mim representava muito porque representava a superação de uma dificuldade física e tal. Então, é... Esse gosto pelo esporte foi muito desenvolvido no colégio. É... Gostar de estudar eu já gostava mesmo. Não sei se foi tão desenvolvido assim no colégio porque eu já era do tipo meio estudioso, não é? Como se fala. Mas o gosto pelo esporte por causa de um técnico que era muito bom e estimulava muito a gente eu acho que foi desenvolvido lá.

R.M. – O seu gosto pelo estudo o senhor considera isso é... Endógeno assim? O senhor tinha...

C.S. – Endógeno, não sei.

R.M. – O senhor tinha um ambiente familiar. É... Por exemplo, o seu pai como advogado, gostava de ler...

C.S. – É que o ambiente de imigrantes recentes é sempre um ambiente que chama à superação, não é? É... Não é, comparado, por exemplo, que eu vejo de famílias tradicionais que a coisa já está estabelecida. O imigrante ele tem que fazer alguma coisa. Então essas coisas não se falam, mas elas se passam. Eu acho que eu sentia neles a vontade de que eu fosse bem. E criança quando sente no pai a vontade, ou nos pais, a vontade de que ele faça alguma coisa ele introjeta isso, não é? Então, eu sentia isso e eu acho que eu participava desse gosto deles e talvez tenha... Talvez tenha sido... Isso não é incomum como vocês sabem em família de imigrantes... De imigração recente, não é. A segunda geração. Porque ainda tem essa, essa ânsia, não é, por...

R.M. – Só para esclarecer, o seu pai e a sua mãe não nasceram no Brasil?

C.S. – Não, não. Nasceram. Ambos nasceram.

R.M. – Nasceram no Brasil.

C.S. – Ambos nasceram.

R.M. – Os avós...

C.S. – Os avós que não.

R.M. – E nasceram em São Paulo, tanto o seu pai quanto a sua mãe?

C.S. – É... Na cidade... Não. Meu pai nasceu em Santa Rita do Passa Quatro e minha mãe nasceu em Casa Branca, no interior. E eles vieram... Aí meu pai veio estudar em São Paulo, minha mãe veio para São Paulo também e eles se conheceram em São Paulo.

R.M. – E o senhor frequentava o interior quando criança? Havia família...

C.S. – Um pouco. Um pouquinho a gente ia para Santa Rita do Passa Quatro, mas pouco. Pouco.

R.M. – É... Então, quando o senhor entra na... Na Poli como o senhor já disse, decide depois de um ano fazer Direito, é... Porque de repente Direito para alguém que queria construir navios até um passado recente.

C.S. – É eu não sei... Boa pergunta. Boa pergunta. É porque é... Isso é uma mostra de como a gente no colegial não tem os dados para escolher... Porque era engraçado. Eu pensava como uma criança querendo construir navios só que eu estava no curso de exatas e eu gostava dentro do curso de exatas muito mais de história, de geografia, de português, do que de matemática. Sobretudo, matemática até que eu gostava, e física gostava. Mas detestava química e detestava

a parte de matemática que envolvia desenho. E Engenharia Naval é 80% desenho geométrico, não é? Então, é... Foi, eu acho que é a parte da nossa infâ... Mostra como prematuro a gente acaba escolhendo, prematuramente a gente escolhendo as coisas no colegial. Porque o gosto pelas Ciências Humanas eu tinha talvez mais do que o pelas Ciências Exatas, mas eu fixado naquele negócio de construir navios fui até a Poli, não é. Então quando eu vi que não ...coisa... eu já tinha em casa meu pai, o meu irmão que estava na São Francisco já era uma influência dentro de casa e eu ouvi eles falarem e eu falei: “Bom, isso é mais próximo das Ciências Humanas que eu gosto.” E fui e o meu gosto pelo Direito só aumentou.

M.S. – E o seu pai ficou feliz quando você decidiu?

C.S. – Ficou, ficou, ficou. Eles eram muito... Nisso eles respeitavam muito, sabe? Não interferiam, mas eu acho que ele ficou sim.

R.M. – Só para nos situarmos no tempo. O senhor entra na São Francisco em 1984. É isso?

C.S. – É.

R.M. – 1984.

C.S. – 83 na Poli, 84 na São Francisco.

R.M. – Seu irmão entrou na São Francisco em...

C.S. – 81. Oitenta e... Isso... 81.

R.M. – 81. É, quando o senhor entra, portanto o seu irmão já estava...

C.S. – No terceiro ano.

R.M. – Mais da metade do curso passado. É... Qual foi a importância para o senhor de ter um irmão veterano dentro da São Francisco.

C.S. – Não...

R.M. – Ajudou? Não?

C.S. – Ele era... Nessa parte ele não era muito diferente de mim. Não influenciou muito porque ele não tinha muita atividade como veterano. Não participava muito de trotes, não era muito... Então, não... Eu acho que talvez tenha dado um pouco mais de segurança, mas não era, não era algo extremamente marcante, sabe? Porque ele era de um perfil, vamos dizer assim, mais baixo. Também, não era de aparecer muito e tal.

R.M. – É... O senhor entra na São Francisco, o senhor comentou, não é? Que é... O ambiente político na sua casa não era um ambiente assim vivo.

C.S. – Não, não.

R.M. – Mas o senhor entra na São Francisco em uma época politicamente muito ativa no Brasil que é a época do movimento das Diretas. Como é que foi para o senhor viver isso... Como é que um aluno da São Francisco... Como é que isso fez sentir dentro da São Francisco?

C.S. – É. Eu queria dizer... Fazer uma ressalva no começo. Quer dizer, eu sempre quando eu penso, eu sempre penso que eu estive nas coisas nas horas erradas porque eu queria estar, ter estado na São Francisco na época, sim, dos embates. Na época dos anos 60 e 70, não é? Não estive. É... Era e não era... Era uma época interessante, mas era uma época... Como é que eu posso dizer sem ser... As lutas eram mais fáceis. As lutas foram ficando mais fáceis, não foram? Para todos nós desde os anos... As dos anos 60 e 70 eram difíceis. Elas exigiam a entrega da vida. Mas a luta dos anos 80 era por, todo mundo estava. Todo mundo participava. Quem não foi para a rua para falar das Diretas. Então... Eu, eu... O movimento militar já tinha decaído, era uma coisa... Então eu participei, mas não era uma coisa que criasse dramas ou dificuldades ou exigisse, eu estou falando com sinceridade isso, grandes ideais. Era uma coisa natural. Todo mundo participava, sabe? Enquanto eu acho que o pessoal, eu imagino e é por isso é que eu gostaria de ter vivido essa época, que o pessoal dos anos 70, esses tinham que ter grandes ideais,

não é? Porque eles tinham que entregar a vida para aquilo. Então eu sempre brinco que eu acho que eu tive no movimento... Participado das manifestações estudantis na época errada. Eu gostaria de ter estado em outra, mas participei. E fui, fui... E não foi difícil participar.

M.S. – E o senhor chegou a ter contato com essas pessoas, com esses estudantes que nos anos 60 e 70...

C.S. – Muito tempo depois porque eles já estavam... Muito tempo depois. É... Com alguns quer tinham se tornado professores. Mas não naquela época. Eles não estavam muito ali. Ou estavam reconstruindo as vidas... Eu não sei por que não estavam ali. Mas ou estavam reconstruindo as vidas ou já tinham ido... Estavam iniciando alguma carreira política, mas não estavam muito ali não. Tinham uns que... Por exemplo, o atual prefeito, ele era do Centro Acadêmico na época que é o... Aliás, muito amigo do meu irmão e tal. Então alguma convivência a gente tinha, mas o pessoal do embate o pessoal dos anos 70, não.

R.M. – É... Falando mais agora da sua rotina de aluno na São Francisco. É... Como é que o senhor se recorda é... De colegas, professores, marcantes, livros que o senhor... Com que o senhor tomou contato e que o senhor julga que foram importantes na sua construção. Primeiro colegas. O senhor teve... Quem foram os seus colegas de turma, seus amigos os colegas que mais marcaram... As amizades.

C.S. – Bom...

R.M. – As relações que o senhor levou.

C.S. – Um, uma amizade que me marcou porque veio da Poli, ele saiu da Poli junto comigo é o Cândido Dinamarco Filho⁵. Filho do professor Cândido Dinamarco⁶ é... E ele era muito amigo pessoal meu. É... Nós saímos da Poli juntos, decidimos que íamos sair da Poli juntos, fomos para a São Francisco juntos. Então ele foi um... Sempre foi um grande amigo na

⁵ Nome sujeito à conferência.

⁶ Cândido Rangel Dinamarco. Professor, advogado e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

faculdade. Depois... Depois a gente perdeu um pouco o contato. Hoje, o contato não tem mais tanto. Então esse foi um colega marcante. É... Bom, como professor evidentemente a minha grande influência foi o professor Comparato⁷, não é? Então esse foi... Foi meio até transformador da minha forma de ver o Direito. Quando eu tive aula com ele só no quinto ano. Até lá eu acho que a minha visão do Direito era muito certinha, muito cartesiana, muito, enfim... E com ele eu acho que eu desenvolvi talvez mais espírito crítico em relação ao Direito e me fascinei pela crítica social e pela transformação social. Por tentar uma transformação social através do Direito.

R.M. – É... Além do professor Comparato outros professores dos quais o senhor se recorda? É...

C.S. – Não. Me recordo...

R.M. – Que, que eram marcantes na sua época para a turma, para...

C.S. – Para a turma... Bom, a grande marca foi ele mesmo. Agora, é... Quem na minha época... Foram tantos, mas assim, de marca positiva... Alguns, vários de marca negativa, mas eu acho que não precisa mencionar, não é? Mas de marca positiva que tenha me ficado de marca positiva. [pausa]. Não, olha, nós tivemos boas monitorias, por exemplo. Eu lembro que uma coisa que me influenciou muito que eu acabei sendo agora eu estou voltando no tempo. Acabei sendo... Fui monitor de Direito Romano porque tinha um grupo muito bom, muito bem organizado de monitoria de Direito Romano. E eu gostava muito daquilo. Não tanto do professor, o professor era um, mas mais do... Da forma de organização da Monitoria. De estudar para depois discutir casos. Isso foi uma coisa que me marcou muito nos, no primeiro ano.

R.M. – Falando sobre essas, essas, digamos, diversas abordagens e estratégias de ensino. Como é que o senhor se recorda do ensino jurídico na sua época?

⁷ Fábio Konder Comparato. Advogado, escritor e jurista. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

C.S. – É. Então, mesmo a faculdade na época tinha muito menos oportunidade do que tem hoje. Não tinha esses grupos de estudo todos. Quem queria ter um grupo de estudos basicamente tinha a monitoria de Direito Romano. *Basicamente* era isso. Não tinha muito mais não. Por isso que eu segui com ela durante tanto tempo. Era um ensino muito conceitualista, formal, positivista. Eu... Com essas exceções desses professores diferentes, sabe? É... Que sempre foi a marca da faculdade, um pluralismo de visões e de pessoas. E aí você acaba encontrando o seu, a sua influência, não é? É essa que talvez seja a riqueza da faculdade de Direito. Esse pluralismo. Não é uma faculdade é... Como existe muito, por exemplo, na academia americana. Todo mundo pensa igual. É... Ou todo mundo é estimulado a pensar igual. Não. Ali, ao contrário, tem gente de todo o tipo então você acaba se ligando mais àqueles que com você mais tem afinidade. Então se tem alguma marca do ensino na faculdade é esse pluralismo de visões. Não é uma marca de um método de ensino, porque o método era... Era formal, era positivista, não tinha nada de... Mas esse pluralismo de visões foi muito importante para mim.

M.S. – E o senhor se refere a esse pluralismo à Faculdade de Direito em geral ou à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco?

C.S. – Olha, eu estou falando da que eu conheço, não é.

M.S. – Sim.

C.S. – O Largo de São Francisco. Por exemplo, a gente tinha aula de Constitucional com Manoel Gonçalves Ferreira Filho⁸ depois ia ter aula com Comparato, com Eros Grau⁹. Então eram coisas que... Bem diversas, não é? E isso é marcante, é engraçado, metodologicamente porque dá para comparar métodos de ver o Direito. Se o aluno tem interesse ele compara mentalmente métodos e ele critica alguns e escolhe um. Então... É... Às vezes não pensar em

⁸ Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Advogado e político. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁹ Eros Roberto Grau. Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado.

método e apresentar visões opostas já é um método, sabe? E esse foi o método pelo qual eu aprendi.

R.M. – O senhor se descreveu como um aluno muito estudioso durante os seus tempos de Rio Branco é... O senhor continuou um aluno estudioso durante o seu tempo de São Francisco?

C.S. – Continuei. Continuei sim.

R.M. – É... O que que em termos de literatura, de leitura, é... Que o senhor tenha tido. O senhor mencionou o professor Comparato como um professor marcante e... Obras assim, o que é que o senhor leu que causou no senhor assim, impacto de espírito.

M.S. – Não só jurídicas, não é?

R.M. – É, enfim... Coisas...

C.S. – Olha... Talvez... Bom, a primeira coisa é a é... Trinca de ases da nossa história, história da nossa História Econômica. Sérgio Buarque de Holanda¹⁰, Caio Prado¹¹ e Celso Furtado¹². Esses três me influenciaram muito. É... *Raízes do Brasil*, *Formação Econômica do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Talvez tenha sido... Isso já vinha e... Isso já vinha do colegial porque eu tive um professor de História *excepcional* no colegial. De formação claramente marxista, mas muito... A descrição mais divertida da História é a marxista, não é? Porque ela é a mais encadeada. Esteja ela ou não certa, ela é a mais encadeada e mais... E ele era... E ele gostava do método dialético, ele colocava a gente em dificuldades sempre apresentando antíteses. Então essa história eu já vim trazendo esse interesse pela história, eu já vim trazendo da faculdade, do colégio. E na faculdade li, eu re... Os livros que eu não tinha lido de História Econômica, eu li. E isso foi uma influência marcante para mim. A principal, talvez.

¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda (1902 -1982). Historiador brasileiro. Foi também crítico literário e jornalista.

¹¹ Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990). Foi historiador, geógrafo, escritor, político e editor brasileiro.

¹² Celso Monteiro Furtado (1920-2004). Foi economista.

R.M. – Juristas. Algum jurista assim ou na sua área de atuação, não é, ou de outras áreas? Clássicos contemporâneos?

C.S. – É... Bom, acho que o Comparato primeiro, não é. É... Aquele livro, o livro *Poder de Controle* [*O Poder de Controle na Sociedade Anônima*], as dúvidas que ele me trazia e as divergências que eu tinha com ele talvez tenha sido marcante. Eu tinha muito, desde de como aluno eu tinha vários embates com o professor Comparato. Então esse livro para mim foi marcante. É... O *Direito Constitucional* do Paulo Bonavides¹³ também foi um livro marcante para mim. Foi bem, bastante e é engraçado porque eu... E eu... A gente estudava pelo... Tinha que estudar pelo manual do professor Manuel, não é? Mas eu não... Eu estou tentando lembrar quem é que me introduziu ao... Porque não era citado, o livro não era nem mencionado, o livro do Paulo Bonavides, mas alguém me sugeriu a leitura e eu li e eu... Enfim... E aquelas categorias que nunca eram tratadas como garantia institucional que nunca eram tratadas no curso, é... nosso curso de Direito Constitucional, me interessaram muito. Então eu devorei o livro do Paulo Bonavides de Direito Constitucional. Até hoje para mim é uma referência.

R.M. – É... O senhor foi aluno do professor Comaprato no quinto ano, o senhor disse, de Direito Comercial.

C.S. – Direito Comercial.

R.M. – Foi ali que o senhor se encantou por Direito Comercial ou o senhor já gostava de...

C.S. – Não. Acho que por Direito Comercial sim porque eu, eu até ali eu não... Não tinha muita noção de como... Do que é que eu poderia fazer com o Direito. Ali que eu, talvez eu tenha entendido que não, mas espera um pouquinho, existem estruturas econômicas relevantíssimas que moldam a sociedade e se a gente não atuar sobre elas é difícil pensar em qualquer mudança. Eu entendi. “Puxa, dá para o sujeito pensar em Direito Comercial mesmo que ele não queira

¹³ Paulo Bonavides. É professor da Universidade Federal do Ceará e autor de obras de Ciência Política e Curso de Direito Constitucional.

ou não seja só um... Um grande advogado de empresas.” Como ele não era. Era uma pessoa de visão ampla do mundo. Então, isso me atraiu.

R.M. – É... Antes disso tinha alguma outra matéria que o... Que o marcava especialmente? Digamos assim, vamos fazer um exercício contrafactual que é sempre difícil. Digamos que não tivesse sido o professor Comparato o seu professor de Direito Comercial e que, enfim, esse encanto não tivesse produzido. Para que área o, que caminho o senhor acha que poderia ter tomado?

C.S. – Olha, como eu gostava de História e eu era monitor de Direito Romano. Eu não sei se eu iria para Direito Romano, mas eu gostava da monitoria de Direito Romano. Eu gostava muito. É... E eu tinha um fascínio pelo... Pela visão do Bonavides de Constitucional. Talvez eu tivesse ido para Constitucional, talvez. Mas...

M.S. – É... O senhor ingressou na faculdade é... Nas Diretas Já e senhor saiu no ano da promulgação da Constituição.

C.S. – Da Constituição.

M.S. – Como foi isso para o senhor?

C.S. – É... Era uma época... De novo. Era uma época de muita ebulição jurídica. É... Era divertido estar na faculdade, mas só que ... é... Isso a gente fazia enquanto aluno, não é? Porque o... Aí é uma parte que eu não sei se quanto, mas o... Por exemplo, do Direito Constitucional que a gente aprendia não vinha tanto, sabe? Porque era uma coisa um pouquinho mais... Enfim, antiga, tradicional, não é? Então eu *acho* que eu poderia ter aproveitado mais de um outro tipo de curso de Direito Constitucional, mas não foi o caso. Então, eu fiz isso mais como estudante indo no... Enfim, seguindo a, o que... O movimento geral nesse sentido. Então, eu estudava por mim, o... O Direito Constitucional do Bonavides, eu participava das manifestações que tinha, mas tudo por minha conta como estudante. Não... Enquanto faculdade os professores impulsionando, os professores que *eu tive* impulsionando para isso não houve tanto.

R.M. – É... Uma curiosidade histórica. Antes da vigência da Constituição é... O texto constitucional de alguma forma era objeto de debate. Aquele que viria a ser o texto da Constituição de 88 de alguma maneira era debatido. A faculdade tomava conhecimento dos debates?

C.S. – Olha, em aula não. Eu não me lembro *nunca* dele ter sido mencionado. Que é até uma boa pergunta. Sinceramente eu não me lembro. Então o que é uma... Uma marca um pouco, não é? Complicada desse período, mas eu não me lembro. Sinceramente não me lembro.

M.S. – E entre os estudantes também não?

C.S. – Ah não. Sim. Entre nós sim. Entre nós sim, mas um debate um pouco mais perdido como é o dos estudantes. Mais assim, desorganizado, não é? Entre os estudantes sim, mas não era... Se isso tivesse sido levado pelos próprios professores. Nossa! Teria sido muito mais rico, não é?

R.M. – É. E o senhor se forma, quando o senhor se forma qual é a trajetória, o sentido que o senhor dá para a sua atuação profissional?

C.S. – Então, é... Bom eu saí logo depois. Eu viajei para estudar para fazer um curso de Direito Comparado com base romanística, para fazer o meu doutorado nisso. Por quê? Porque eu continuava fixado na História. Eu achava que eu não podia começar uma trajetória como estudioso do Direito sem conhecer bem a História do Direito. Então eu programei a minha vida dizendo: “Eu vou começar conhecendo a História do Direito, um curso que seja rico em História do Direito.” E aí eu fui fazer esse doutorado em Direito Comparado sobre base romanística na Universidade de Roma. E por lá fiquei. Eu engatei um douto... Um sanduíche do doutorado italiano na Alemanha. Então eu fiquei quase cinco anos e voltei... Saí em 1989, voltei no final de 1993 para o Brasil.

R.M. – Para onde o senhor foi na Alemanha?

C.S. – Para Hamburgo. Para o [inaudível].

R.M. – Para o [inaudível] de Hamburgo.

R.M. – É... Uma dúvida. O senhor mencionou essa sua incursão no doutorado como um início de um estudo, não é? Então o senhor falou: “Ah, eu precisava começar pela História do Direito aí eu fui fazer um doutorado.” E é... Nem todo mundo representa o doutorado como o início de um estudo. Para muita gente o doutorado é quase o fim, não é? De uma trajetória acadêmica. Certamente não foi no caso do senhor. É... Porque que o senhor optou, por exemplo, por não fazer um mestrado, porque é que o senhor foi direto é...

C.S. – Bom eu... Algumas coisas. Eu queria sair do país, porque eu achava que ia estudar melhor fora porque aqui era muitas coisas que me dispersavam é... E que eu ia acabar em escritório. Eu não queria ficar em escritório. É... Houve essa oportunidade de bolsa, que era uma bolsa dada pelo governo italiano para o doutorado. Eu fui lá fiz uma prova, fui aceito. Então, aí são algumas circunstâncias também um pouco mais aleatórias, mas é... E eu também queria começar a pesquisa logo eu não queria fazer tanto curso e o doutorado é mais de pesquisa na Europa, não é? E eu entendi assim que o doutorado era o início. Eu queria estudar várias coisas, conhecer experiências diferentes, sabe? Tanto é que depois eu fui fazer a livre-docência, passar um período nos Estados Unidos para fazer a livre-docência porque eu achava que eu tinha que conhecer uma outra experiência que não a europeia, continental, não é?

R.M. – Falando um pouco da sua, da sua vivência na Itália. Com quem o senhor estudou, o que o senhor estudou?

C.S. – Então, eu estudei com um professor que até hoje ainda não se aposentou. Está à beira de se aposentar, mas não se aposentou, que é um comercialista conhecido italiano chamado [Carlo Angeletti¹⁴]. E eu estudei... Eu fiz a tese sobre a sociedade unipessoal que depois veio a ser publicada em 93 aqui. Traduzida e publicada.

¹⁴ Nome sujeito à conferência.

R.M. – É... E como é que o senhor compara pela sua vivência como doutorando no exterior e o seu conhecimento como acadêmico sobre o que é um doutorado no Brasil, porque enfim, teve... Teve e tem orientandos, outras pessoas fizeram. Como é que o senhor compara a experiência de pesquisa no exterior, na Itália especificamente com a experiência no Brasil diferentes modelos de pesquisa, de curso, a institucionalização do doutorado aqui e fora.

C.S. – Bom, é... O que eu me lembro é... Na Itália uma situação é... Vamos dizer... Vamos falar primeiro da infraestrutura. A infraestrutura muito boa, mas desorganizada. A gente tinha que ir atrás, como tem que ir atrás na São Francisco. Mas me impressionou muito o... A qualidade dos professores de acordo com a idade e a cultura. Cultura jurídica dos professores, que era exatamente o que eu estava indo buscar. Eu tive aula de História do Direito com professores excepcionais, de História do Direito Comercial, eu aprendi muito Direito Medieval ali. Então ali o que mais me impressionou foi a qualidade dos professores mesmo.

R.M. – O senhor se recorda dos seus professores de História. Esses que te marcaram?

C.S. – Eu me recordo... Bom, é... O pior é que eu estou tentando lembrar o nome dele. É um famosíssimo historiador.

R.M. – Heitor [Biroqui]?

C.S. – ã?

R.M. – Heitor [inaudível]?

C.S. – Não, Ma... Não era Mafei, era... E era um curso tão interessante que só quatro fizeram o curso e nós tínhamos aula na sala dele. Nós sentávamos em frente a ele e tínhamos aula na sala dele. Excepcional medievalista que eu... Já morto, já morto. Eu não me lembro. Agora o nome me fugiu, mas foi um curso que me marcou muito. Nós líamos o [Medioevo], discutíamos, ele trazia fontes é... Foi um curso muito, muito interessante.

R.M. – É... Ali o senhor mencionou que o doutorado era muito mais voltado para a pesquisa do que para aulas. Havia menos espaço para interação, para contatos, para amizades do que, por exemplo, aqui ou o senhor também lá fez bons...

C.S. – Não.

R.M. – Bons contatos, bons...

C.S. – Não, Fins bons... Não. Porque os cursos eram pequenos. Ao contrário talvez os meus melhores, alguns dos meus melhores amigos estejam lá. Que são professores, aliás. É... Porque nós tínhamos cursos pequenos de oito, dez pessoas que nós preparávamos muitos *papers*, muitos trabalhos que apresen... Lá é muito oral, tudo muito oral. Então nessa preparação e nessas discussões se formavam belas amizades como eu formei e tenho até hoje. Depois nós tínhamos convivência. A faculdade era meio confusa para estudar, mas nós todos estudávamos na Unidoroit, que não é longe, que é o Instituto Internacional de Unificação do Direito Privado e ali nós ficávamos a tarde inteira. Saíamos para tomar alguma coisa, voltávamos. Então ali, quer dizer, tinha muita convivência sim.

R.M. – O senhor se recorda de... Dos seus... Quem são os seus. O senhor poderia dizer quem são os seus colegas?

C.S. – Então é um... Os dois são professores ordinários na Universidade de Roma II hoje. Um dos meus melhores amigos. Um se chama [Mario Estela Rifter] e o outro *Riccardo Cardilli*¹⁵, que esse é historiador do Direito. Ele está sempre no Brasil, aliás. É... São as minhas duas referências de amizade lá.

R.M. – E o tema Sociedade Unipessoal, de onde veio? Porque é que o senhor escolheu?

C.S. – Boa pergunta. É... Eu não sei talvez o que mais tenha guiado meu interesse durante a vida toda pelo Direito tenha sido as situações de poder, não é? A Injustiça o exagero, o a... O

¹⁵ Nomes sujeitos à conferência.

a... Do poder. Então o que me chamava atenção na sociedade unipessoal era a concentração extrema do poder. Concentração em uma pessoa só, no final. E como isso poderia ser usado para o bem, para promover novas estruturas econômicas como no caso da pequena e média empresa ou, então, para simples concentração de poder como é o caso dos grupos econômicos. Então tinha muito a ver com poder econômico. Já naquela época, *dentro* das organizações empresariais, sabe?

R.M. – É... E como foi o processo de apresentação do trabalho, banca, é...

C.S. – É, lá tem bancas grandes. Foi uma banca de oito pessoas. Na verdade eu fiz... Tinha matéria, sim. Eu fiz dois anos de matérias só que já não eram muitas e já ia... Dava até para fazer pesquisa. Depois eu passei um ano e meio na Alemanha, fazendo só a tese. Aí eu voltei para a Itália só para defender a tese. É um sanduíche, não é? Fiz o sanduíche na Alemanha e voltei para a Itália. E aí eu passei um mês, um mês e meio lá até marcarem a banca. Eu entreguei, marcaram a banca e aí eu defendi. Uma banca de oito pessoas. Foi uma... Oito professores de diferentes departamentos. Foi muito interessante. Foi... eles não eram leves não. Foi uma discussão longa, firme, mas interessante. Eu... Foi uma discussão muito rica.

R.M. – E o senhor volta para o Brasil, então, em 1993.

C.S. – Volto em 1993.

R.M. – E quando o senhor volta para cá em 1993 como é que o senhor, digamos assim, se reinsere profissionalmente...

C.S. – Então... Aí eu trabalhei alguns anos exatamente com é... Alguns anos não, só um ano e meio, no escritório do... Exatamente do pai desse meu amigo que tinha sido meu professor. Que, aliás, eu esqueci de mencionar. Foi uma influência também, com quem eu aprendi processo, que é o professor Dinamarco.

R.M. – Dinamarco.

C.S. – É... Aí eu trabalhei. Ele estava saindo do judiciário se apo... E me indicou, aliás, antes dele ir ele me indicou para lá. E eu fui para esse escritório que se chamou, se chamou Dória Ribeiro Dinamarco, era do... Também de um antigo... Tinha um outro professor de lá da faculdade que morreu, Antonio Alberto de Sampaio Dória¹⁶. E eu trabalhei ali por um ano e meio.

R.M. – E ali o senhor trabalhava com Direito Comercial ou com Direito Processual?

C.S. – Com Direito Comercial já. Não. Com Direito Comercial Contencioso, não é? Então tinha o lado... E aí eu fiquei, lá eu fiquei por um ano e meio até eu ir, sair de novo para fazer a livre-docência em 1995.

R.M. – O senhor ...é... Se via, pela maneira como o senhor descreve a sua trajetória é... É algum um tanto incomum, é que alguém faça opções tão claras e tão é... Alternadas entre a academia, [fala]: “Agora é o momento de pesquisa. Agora eu vou advogar, agora eu preciso fazer a minha livre-docência é o momento de pesquisa.” Como é que o senhor enxerga a relação entre academia e prática ou entre exercício, talvez, da atividade acadêmica em termos de pesquisa e o exercício cotidiano da prática da advocacia...

C.S. – É, só um...

R.M. – Porque que é que o senhor...

C.S. – É. Porque eu alternei. Não foi tão organizado.

R.M. – Claro.

C.S. – Não foi organizado não. É porque eu voltava com um patrimônio líquido negativo, completamente negativo e falava: “Agora eu tenho que trabalhar.” E na época, uma coisa que é diferente de agora, tudo tem sua época, não é? Hoje não é fácil. Então eu volto. Ah! Na época

¹⁶ Antonio Alberto de Sampaio Dória (1883-1964). Foi um político, jurista e educador brasileiro.

os escritórios eram menos organizados, tinha muito mais mercado. Era mais fácil é... De uma certa maneira se empregar. Não tinha áreas tão organizadas e tudo. Então voltando com uma experiência de Direito Comercial...

R.M. – Confiava-se que haveria um bom emprego.

C.S. – É. Confiava-se que haveria um bom emprego. E havia. E se encontrava. Não era um negócio que já estava. O sujeito tem que ter sido estagiário para depois não sei o quê. Isso era menos valorizado. Talvez a... enfim, não sei. Mas talvez a experiência prática era menos, não era tão valorizada como hoje. Então era mais fácil. Então esse meu jogo, que era um jogo meio aleatório. Bom, agora eu não tenho dinheiro, eu preciso reequilibrar. Era... Se tornou possível. Como sempre nessas coisas a gente precisa ter um pouco de sorte, não é. Então...

M.S. – Ir para os Estados Unidos também foi uma questão de oportunidade? O senhor foi atrás?

C.S. – Foi porque eu conheci... Foi sim. Porque quando eu estudava em Roma eu conheci em uma palestra o professor Guido Calabresi¹⁷, que era uma grande figura naquela época. E ele, ele deu algumas aulas, eu me aproximei dele e ele falou: “Porque você não vai para lá?” Ele falou: “Vai para lá. Olha aqui...” Eles eram... O professor americano é muito aberto. “Aqui meu cartão. Você vai me procurar. Você vai para lá, faz um período lá. O que você quiser e tal.” E eu, eu me... Tive muita simpatia por ele e... Enfim, e me interessei muito porque ele é de uma linha crítica, era na época de uma linha crítica em relação ao que existia de... Uma linha alternativa em relação ao... Crítica não, mas alternativa ao que existia de análise econômica do Direito e... Mas mais do que tudo ele era um sujeito acolhedor, sabe? E era o... Na época era o diretor de Yale. E aí quando eu voltei eu fiquei sempre com aquilo na cabeça e entrei em contato com ele. Falei: “Olha, posso ir?” Ele falou: “Claro. Venha e tal.” Aí eu fui para lá com uma bolsa inclusive e fiquei um ano e meio lá.

R.M. – A bolsa que o senhor foi é... Era bolsa brasileira?

¹⁷ Guido Calabresi. Professor de direito ítalo-americano e juiz da Corte de Apelação nos EUA. (U.S. Court of Appeals for the Second Circuit)

C.S. – Não. Bolsa [de lá.]

R.M. – E ficou um ano e meio?

C.S. – Um ano e meio.

R.M. – E lá o senhor escreveu a sua livre-docência, não é?

C.S. – Lá eu escrevi minha livre-docência.

R.M. – Qual foi o tema? Como é que o senhor chegou a esse...

C.S. – Aí foi o antitruste, não é? Aí foi o antitruste, foram as estruturas é... Eu... Porque eu fui para o anti... Não sei. Era ainda assim, ainda ia um fascínio pelas questões de poder, sabe? É, e enfim... E aí... E lá havia uma doutrina muito estabelecida sobre isso e tal, tal, tal. E acabei...

R.M. – É... E como foi a livre-docência na volta? O senhor se recorda?

C.S. – Isso é uma coisa. Eu tive um curso, eu seguia como eu... Eu era um *visiting scholar* só pesquisava, mas eu seguia... Você pode seguir livremente alguns cursos. E eu segui um curso de antitruste com alguém que... Cujo método e cuja... Me atraiu muito. E que hoje é uma grande estrela acadêmica americana que é o Larry Lessig¹⁸, que é desse *creative commons*, que é o criador desse *creative commons*. Ele estava, ele era um jovem professor na época e estava tentando ser contratado por Yale e acabou não sendo. E ele estava dando esse curso de visit... Como *visiting* de antitruste e eu segui esse curso. E foi muito rico para mim. Foi... Ajudou a despertar o interesse, sabe?

¹⁸ Lawrence Lessig. Escritor norte-americano, professor na faculdade de direito de Harvard e um dos fundadores do Creative Commons.

R.M. – E o senhor também lá fez é... Bons contatos. Trouxe, além do Larry, coisas, outras coisas que o marcaram...

C.S. – Sim, sim, sim.

R.M. – Ou foi um período...

C.S. – Não, não. Teve outros professores. O Owen Fiss¹⁹ que era um professor de Direito Constitucional lá me marcou muito. Eu mantive amizade com ele por anos, até hoje, e depois me... Acabei me unindo a um grupo... E a faculdade acabou se unindo a um grupo chamado [Sela], que é um grupo latino-americano de discussões sobre Direito Econômico e Direito Constitucional. Então fiz sim. Fiz sim. Várias outras e boas relações.

R.M. – E o senhor volta e apresenta a sua livre-docência em 1996.

C.S. – Seis. Isso.

R.M. – É... Como foi o... É... Como é que o senhor se recorda do concurso? Foi...

C.S. – Ah, duro. Muito cansativo. livre-docência é terrível, é terrível. É... E na época ainda havia... Ele era mais formal do que hoje, então a gente ficava em uma sala segregada, não podia ter contato com ninguém. Eu lembro do concurso muito cansativo e duro.

R.M. – A... Como foi a recepção da tese?

C.S. – Foi muito boa. Foi muito boa.

R.M. – O senhor se lembra da banca?

¹⁹ Owen M. Fiss. Professor na Faculdade de Direito de Yale.

C.S. – Recordo. O professor Comparato, o [Leans], Marçal Justen²⁰, é... Eu acho que Alfredo Assis Gonçalves²¹ e o último eu não me lembro. Mas eu lembro que foi um debate intenso e era... E havia interesse por essa matéria porque a lei acabava de ter, de ser promulgada, não é, então foi interessante. O debate sobre a tese foi interessante. O problema é que livre-docência tem um monte de outras provas que são cansativas e bem mais chatas, não é. Mas o debate da tese foi interessante.

R.M. – Professor o seu é... Ingresso na São Francisco como professor em que ano se deu?

C.S. – 97.

R.M. – 97.

C.S. – Depois da livre-docência.

R.M. – É. E é... O senhor ingressa como professor titular?

C.S. – Não, não, não. Como professor, como professor... Quando você é livre-docente... O livre-docente ingressa e... Na verdade faz um concurso de professor doutor e automaticamente é alçado a professor associado.

R.M. – Entendi. A sua, o seu ingresso na faculdade [se deu] em 1997 foi em um concurso para professor doutor ao qual o senhor ingressou como, associado por ter livre-docência.

C.S. – É. Mas na verdade... É. Mas na verdade eu fiz na época *antes* de fazer o concurso de efetivação, na época se fazia um concurso de, para contratação. Então foi o primeiro contrato, contrato precário, depois eu fiz... Então eu fiz dois, um quase... Não em seguida ao outro, mas um talvez com um ano e meio, dois anos de diferença eu fiz o de contratação e depois o de ingresso.

²⁰ Nome sujeito à conferência.

²¹ Alfredo de Assis Gonçalves Neto. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, onde foi Diretor e é professor titular aposentado.

R.M. – E como foi? O senhor se recorda da, do ingresso como professor. Como é que o senhor é... Como é que foi o concurso? Eram muitos candidatos, poucos candidatos, muitas vagas, poucas vagas? Foi um concurso duro?

C.S. – Olha, o contratação eu acho que eu... O contratação eu disputei sozinho, não tinha ninguém não. Depois no ingresso tinha outro sim. Mas eu lembro que eu estava tão preocupado com o concurso que eu nem me lembro dos outros candidatos de ver, de verdade muito. O duro era para mim a própria prova. É... Eu lembro de uns temas terríveis no concurso de... Não de contratação.

R.M. – A prova que o senhor diz a prova escrita ou...

C.S. – A prova escrita... As duas. A escrita e a oral, as duas. Porque a escrita você tinha só 24 horas para preparar 12 pontos e, então, não dava tempo de dormir. Era um... Esses concursos são muito duros na faculdade. São muito... Exigem muito fisicamente até e psicologicamente, não é. Então eu me lembro com um certo sofrimento desses concursos. [riso]

R.M. – É... Professor, o senhor se descreveu a todo o momento até agora como alguém que era uma pessoa tímida, é... Como é que uma pessoa tímida, é... Escolheu... Como é que foi para o senhor o processo de escolha por uma profissão, como é a profissão de professor, que exige tanta exposição perante alunos, em congressos. Isso foi para o senhor natural, não? Representou algum tipo de ponderação adicional?

C.S. – Não, porque a parte que do ofício do professor que eu gostava e até hoje eu gosto mais é a pesquisa. Na verdade, o que eu me lembro era... O que eu mais me lembro como professor eram os... Como professor, não. Era a minha atuação como pesquisador. Os meses que eu passei, por exemplo, no [Marxplan] no terceiro subsolo da biblioteca porque eu não via ninguém durante dias. Então isso tinha tudo a ver com uma personalidade meio tímida. Para dar aula era um pouco... Era difícil. Eu lembro que era difícil. É... Até hoje eu tenho muito mais gosto por pesquisa do que por dar aula com certeza. Então, então desses dois lados... Eu acho que eu entrei por causa de um e acabei ganhando o outro, não é. Mas...

M.S. – Segundo as nossas pesquisas também em 97 o senhor passou a lecionar na Sciences Po, também, não é?

C.S. – É.

M.S. – Como foi essa experiência de lecionar fora?

C.S. – Em 97 não. Noventa e não, bem depois. Dois mil e alguma coisa. Agora eu não vou me lembrar a data, mas não foi em 97 não. É... Bom, foi interessante porque a professora que era da Sciences Po eu conheci em um congresso. Todas as coisas que eu me lembro que acabaram me trazendo coisas interessantes foram produto de discussão, sabe? Então eu lembro que eu tive uma discussão muito intensa com ela em um congresso nos Estados Unidos. E aí ela era uma... Depois ela me escreve dizendo: “Olha, achei muito interessante aquelas suas ponderações...” Nós começamos a manter contato e discussão e debater por carta, por email, enfim, não me lembro mais, mas é... E depois aí um ano, em um determinado ano dois mil e alguma coisa ela fala: “Mas você não quer vir dar um curso aqui não? E tal. Sobre isso que nós temos debatido. Essas questões de desenvolvimento, de estruturas econômicas e tal.” Eu falei: “Vou.” E aí fui e foi interessante porque ... Quando eu cheguei no... [riso] Isso foi uma passagem interessante. Quando eu cheguei no Consulado para tirar o visto aqui, eles me olharam falaram: “Não, visto profissional para Direito. O senhor deve estar enganado.” Começaram a fazer um monte de verificações, me mandaram embora, falaram: “Não. Volta aqui depois.” E aí depois, a senhora quando eu voltei lá, ela falou: “Nossa, mas a gente aqui... A gente recebe muito esse visto profissional para quem vai dar aula de cultura brasileira, de música, lá, mas Direito a gente nunca viu.” É... E aí foi engraçado porque dali a três, aí eu fiquei dois anos sem ir. No terceiro ano eu voltei lá aí ela lembrava de mim. Ela falou: “Não, o senhor deixa a carta aqui e amanhã está pronto.” Eu falei: “Meu Deus, eu demorei quase dois meses da última vez que eu vim.” Eu falei para ela: “Como é que a senhora vai me mandar? Que bom. Agora agilizou?” “Ela falou: “Não. Mas naquela época era só o senhor, agora é um monte. Agora é a coisa mais comum do mundo. Agora está todo mundo.” Então foi engraçado isso e mostra... Porque é engraçado isso? Porque mostra como mudou o mundo e como mudou a visão do Brasil, sabe? Isso foi... Nós estamos falando de alguma coisa como 2004 para alguma

coisa como 2006, 2007. E como foi essa virada de interesse pelos países em desenvolvimento, não é, que virou ao contrário. Diz que agora a demanda é para todo ano: “Quando é que você vem? Quando é que você vem e tal, não sei o quê?” E que não é uma coisa... Hoje não é uma coisa. Se lá atrás foi por causa de um contato pessoal, de uma afinidade acadêmica que se criou, hoje é por causa do interesse pelo Brasil. É... Enorme interesse. Então eles ficam pedindo: “Mas indica alguém e não sei o quê... E tal.” Realmente mudou o mundo. E mudou o interesse pelo que a gente... A gente era chamado de para ouvir, não é. Agora é chamado para falar.

M.S. – E o nome dessa professora?

C.S. – Marie-Anne Frison-Roche²². Ela está nos agradecimentos... Bom, nos agradecimentos do livro que eu publiquei lá, não é, do *Histoire Critique des Monopoles*. Ela está no... Aliás, ela é a organizadora da coleção. Ela era... Quer que eu pegue?

R.M. – Se o senhor tiver.

C.S. – Posso pegar. É aquele vermelhinho ali, olha. Pega os dois. Tem o vermelhinho, porque os dois ajudam a contar a história do... Do lado dos dois azuis grandes tem um amarelo e um vermelho. Pode pegar os dois. Pode pegar o amarelo também. Obrigado. Então esse aqui é o da França, olha. E ela... Olha é uma coleção de *Droit et Economie* e ela é a organizadora da coleção.

M.S. – É... E também o interesse do senhor pelas línguas? Também é bem marcante.

C.S. – Ah, isso aí... Isso aí é de novo filho, o neto de imigrantes. Eu lembro do meu pai falando... Porque para o sírio, a... O inglês é a língua das relações econômicas só que o francês era a língua da cultura no mundo árabe. Então meu pai fazia questão. Ele que me levou na... Tanto é que o livro, o livro abre com um agradecimento a ele. Ao meu pai, *à mon père* que me

²² Marie-Anne Frison-Roche. É professora de direito econômico no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Institut d’Etudes Politiques de Paris). Ela é especialista em direito regulatório, cuja doutrina ela mesma fundou na França.

despertou o interesse pela língua porque ele fazia questão. Ele me levou na Aliança desde pequeno. Ele falava: “Não pode estudar só francês...” [“*Que m’a transmete sans interes pour la langue et la culture française, mon père*”]. Porque foi ele que exatamente, que me... Ele me levava e o curso da Aliança foi fascinante porque depois a gente faz... Depois que a gente termina o curso de língua a gente faz um curso de literatura que é o [Nancy] então a gente lia Proust na... Foi fasci... O curso da Aliança até hoje é uma coisa excepcional, não é? Francês é muito ligado à cultura. Então foi o meu pai. Foi claramente o meu pai. E depois já com o inglês e francês eu me interessando já na faculdade por [inaudível] aí eu fui estudar o alemão e... Mas claramente foi uma influência paterna nisso.

M.S. – E o italiano também, o senhor fez o curso...

C.S. – Eu fiz o curso. Fiz o curso e morei lá. O italiano era mais fácil. Depois de morar lá você aprende. Eu fiz o curso aqui, fiz o curso aqui e depois [fui] morar lá dois anos.

R.M. – Professor... Tanto nas suas, pelas suas publicações e pela sua trajetória a gente percebe que o senhor valoriza muito ou enfim... Talvez um pouco por circunstâncias, mas certamente também muito por intencionalidade é... A troca de experiência é... Internacional, não é. Como pesquisador, como professor, com outros colegas. O senhor, é... Como é que o senhor enxerga o ambiente é internacional de pesquisa e de diálogo no Direito, sendo o Direito um fenômeno tão associado a Estados nacionais. É... Pelo menos classicamente. O senhor julga que isso...

C.S. – É. Classicamente.

R.M. – O senhor julga que é uma particularidade da sua área é... Ou que isso é uma tendência do Direito como um todo independentemente de qual área...

C.S. – Bom, na minha área é uma tendência evidente, não é. Por quê? Porque... Bom, pelo menos da maneira que eu vejo, porque existem estruturas econômicas historicamente formadas que vem se aproximando, que vem se aproximando apesar de terem sido diversas, elas vem se aproximando e criando... E criando problemas mais ou menos semelhantes e que precisam ser tratados seja na propriedade intelectual, seja na antitrustes, seja na regulação, seja no direito de

propriedade, novas formas de propriedade, bens comuns etc. De uma forma mais ou menos [nisso]... Tanto é verdade que o curso que eu dou lá é uma espécie de Direito, de uma visão de um Direito transnacional, de um Direito globalizado vindo dos países em desenvolvimento. É... Então na minha área evidentemente, não é. Na minha área, aliás é no que eu trabalho. Em outras áreas, eu acho que tem áreas que tem que se... Bom, a discussão e a comparação é sempre interessante, mas eu acho que existem muitas áreas que tem que manter a sua identidade cultural. Isso eu não tenho muita dúvida. É... Mas nessa área eu... O que eu vejo é uma necessidade de uma harmonização, mas não inverso, de cá para lá, sabe? É... É difícil. Aí tem... Isso discussão de horas porque a gente teria que discutir tudo o que enfim, quase que o programa dos últimos 15 anos meus. [risos] Mas é... Enfim... Eu vejo que há problemas, mas há problemas que precisam ser vistos [meio] em mão inversa, a partir da nossa realidade e exemplificados em outras áreas, em outros lugares do mundo.

R.M. – É... Professor, depois da sua livre-docência, aí, enfim, o senhor já era professor da São Francisco, o senhor atuava apenas como professor? Como professor e como advogado? Como é que foi sua trajetória profissional após o regresso de...

C.S. – É. Isso em 1996, 97. Aí sim. Aí eu já comecei a trabalhar como advogado e...na faculdade. Mas era muito entrecortado a advocacia, porque eu viajava todos os anos uns três a quatro meses para pesquisas. Então, era uma advocacia entrecortada.

R.M. – O senhor advogava. Era escritório, era o seu próprio escritório?

C.S. – Na época, de novo, eu passei, eu me integrei ao escritório do meu irmão, que já era um escritório que já tinha um certo porte. E eu acho que era o único que ia suportar essa minha vida um pouco enfim, é... Sempre em movimento, não é? Então eu me integrei ali em uma situação de, meio de consultor e tal. E fiquei durante anos é... Alguns meses ali e meses no exterior.

R.M. – O escritório é o Levy & Salomão.

C.S. – É o Levy & Salomão.

[interrupção]

R.M. – O escritório do seu irmão é o Levy & Salomão.

C.S. – Levy & Salomão. E aí eu fiquei alguns anos como consultor. Aí depois eu acabei me tornando sócio porque eles, enfim, estavam carentes na área societária eu trabalhei alguns anos duro lá como advogado e em 2004 eu me desliguei porque eu estava... Essa advocacia empresarial nunca foi a minha, a minha... Nunca fui fascinado por ela. Na época era só uma questão mesmo de recompor o patrimônio líquido negativo. E em 2004 eu me desliguei e 2004 ou 2005 eu me desliguei e montei isso aqui só pequeno, só para enfim, mais para pareceres e para permitir os meus estudos, minhas coisas.

M.S. – É... Em... Segundo as nossas pesquisas também, em 2000 o senhor assumiu é... O senhor passou a ser coordenador de Convênios e Intercâmbios Internacionais.

C.S. – Uhum.

M.S. – Eu imagino que isso com certeza reflita essa vida em movimento.

C.S. – É. Sem dúvida, sem dúvida.

M.S. – Como o senhor vê é... Porque também o número de alunos brasileiros que tem ido estudar fora, no mundo em geral tem aumentado. Isso tem acontecido também?

C.S. – Muito, muito. Aumentou muito. Aumentou o interesse, aumentaram as oportunidades, aumentaram os convênios. *Nossa!* Aumentou para todo o lado. Isso foi... Nesse sentido, as faculdades, não é só a São Francisco, as faculdades em geral hoje são muito mais interessante para os alunos, não é? Podem passar um tempo fora, fazer matérias fora, conhecer outras realidades. Isso de maneira nenhuma existia na minha época.

M.S. – E para a formação desses alunos?

C.S. – Ah, excelente. Excelente.

R.M. – É... Professor aqui na sua é... No *hall* de disciplinas que o senhor indica que ministrou no seu currículo é... Uma disciplina, enfim, chama atenção que é Teoria Fundamental dos Direitos Humanos e chama atenção porque, em princípio, ela não é uma disciplina usualmente ministrada por quem tem uma carreira em Direito Societário, Direito Concorrencial, Direito Comercial por é... Como é que o senhor enxerga a relação de uma Teoria Fundamental dos Direitos Humanos com as outras partes da sua atuação?

C.S. – É isso é engraçado. Na verdade eu herdei isso... Bom, é engraçado que na faculdade essa frase não é verdade. Tem uma tradição que vem do professor Comparato dessa... Por que isso? Eu não sei. Talvez no Direito Empresarial a gente veja tanto mal feito que acaba tendo vontade de estudar Direitos Humanos, sabe? Mas é... Ou veja tanto poder, as relações de poder desumanizadas que tenha vontade é... Mas tem essa tradição. E lá eu herdei... Ele me pediu, falou: “Olha, você continua tocando...” Eu falei: “Continuo professor, mas eu quero que o senhor saiba que eu tenho uma visão, uma visão diferente da sua sobre Direitos Humanos.” Ele falou: “Mas isso é normal porque em tudo nós sempre tivemos visões diferentes.” Então é, por quê? Porque eu não... Eu acho que na verdade a forma de dar efetividade aos Direitos Humanos é mexer nas estruturas econômicas senão a gente vai sempre ficar só falando de Direitos Humanos e não vai mexer na... E não vai dar efetividade a esses direitos. Aliás, quando se vai nos... Outro dia... Eu sou coordenador hoje da Clínica de Direitos Humanos em que a gente trata da população de rua e eu estava em uma reunião da população de rua anteontem e eles estavam dizendo: “É falam de Direitos Humanos, cadê o meu Direito Humano? Cadê? Eu não vejo efetivado nada.” Então realmente sem mudança de estrutura econômica é difícil pensar em efetivar Direitos Humanos. A gente fica falando, dá uma sensação boa de falar de Direitos Humanos, mas a efetividade é pequenininha. Então um dos focos do meu curso, desse curso, quase metade dele é como efetivá-los. E aí é um estudo de exatamente de como as estruturas econômicas precisam ser mudadas para que eles tenham efetividade.

R.M. – É... Como elas precisam ser mudadas?

C.S. – Exemplo, só para dizer. São *tantos* exemplos. Mas dar um exemplo. No caminho do direito à saúde, da efetivação do direito à saúde, está a propriedade intelectual. Está a patente dos medicamentos, então mexer na patente de medicamentos é... Licenciamento compulsoriamente um medicamento de câncer que não está oferecido no SUS e que custa quatro mil reais a cápsula. É dar acesso à saúde. Então é... Só como exemplo direto de como mexendo na estrutura econômica, aliás, essa criada pelo Direito, pode afetar a efe... Diretamente a efetividade dos Direitos Humanos. A mesma coisa em matéria de Direito de Propriedade. Reconhecer que muitos bens tem característica de bens comuns e precisam ser tratados e disciplinados juridicamente de uma forma diversa pode dar acesso à moradia esse tipo de coisa. Enfim, tem tantos exemplos é... Mas é a... Sobretudo os Direitos Humanos que tocam, que se aproximam dos Direitos Econômicos e Sociais tem muito a ganhar com mudança de reflexão sobre estrutura econômica.

R.M. – É... Quando, quando o senhor é... Disputou e venceu o concurso para professor titular na São Francisco. Em que ano foi isso?

C.S. – 2002.

R.M. – 2002. É... Qual foi a tese que o senhor apresentou?

C.S. – Foram as condutas. Foi a segunda parte do... Teoria do... Direito Concorrencial as Condutas.

R.M. – É... E como, enfim, e como o senhor se recorda desse concurso? Além da boa recordação de ter sido aprovado.

C.S. – Tem essa... Me lembro com muito é... Bom, uma coisa muito tensa, não é. O concurso inteiro muito tenso, mas uma bela recordação e o meu filho era pequeno ele estava ali, ele ficou brincando enquanto eu dava aula até me distraiu um pouco e tal. Mas eu tenho uma recordação carinhosa do concurso não só pelo resultado, mas também de como ele foi, sabe. Com a

presença dele e tudo. É. É verdade. Talvez seja a melhor, sem dúvida a melhor recordação do concurso da faculdade.

R.M. – O senhor disputou com outros professores da casa? Disputou com candidatos externos?

C.S. – Não. Outros da casa. O professor Newton De Lucca²³ e a professora Raquel Stein²⁴.

R.M. – É... Existe hoje um debate, uma discussão sobre se o cargo de professor titular na São Francisco, mas enfim, isso valeria para qualquer instituição é... Deveria ser disputado apenas *interna corporis* ou se deveria se tratar de um concurso aberto para que qualquer pessoa pudesse concorrer. Como é que o senhor avalia isso?

C.S. – Ah, eu acho que tem que ser aberto. Quanto mais aberto melhor, não é? Ele é aberto hoje com limitações, não é. Tem que ser reconhecido aquela...

R.M. – Livre-docência.

C.S. – É a livre-docência e tal. Mas em teoria qualquer um pode, com esse requisito pode participar. É... E quanto mais aberto for melhor, não é? Não tenha dúvida disso. Essa endogenia nunca é boa.

R.M. – É... Uma vez que o senhor assume a titularidade na São Francisco. É... De alguma maneira a sua vida como professor ou como pesquisador é alterada para melhor? É... Ou as mudanças são enfim, formais de carreira, mais do ponto de vista do exercício da carreira acadêmica propriamente? As coisas permanecem...

R.M. – É... Ela é alterada para melhor no sentido subjetivo por que... É como se... A pergunta que vem depois da titularidade é a seguinte. Bom, então e agora? Agora começa a verdadeira

²³ Newton De Lucca. Foi advogado. Preside o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

²⁴ Raquel Stein. Professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

vida acadêmica porque eu não tenho mais concursos. É... Eu tenho que ser o meu próprio estímulo e eu não preciso estar mais parametrado por nada é... Eu acho que isso dá mais liberdade, mais é... Enfim, mais disposição para enfrentar temas novos porque não se há o risco de desagradar esse ou aquele na banca. Você é um livre pensador. Tanto é verdade que eu acho que as coisas mais críticas que eu escrevi foram depois da titularidade, que são esses livros aqui, não é? Então eu acho que muda para melhor no sentido subjetivo interno de produção científica. Só isso. O resto é bobagem porque é afagos à vaidade que não tem relevância nenhuma, sabe? Então...

R.M. – Professor agora como professor titular como é que o senhor enxerga enfim, também tendo a sua, toda a bagagem de pesquisador, como é que o senhor enxerga a pesquisa jurídica no Brasil?

C.S. – É... É uma pergunta...

R.M. – Porque o senhor é... Menciona muitos contatos, falando da sua trajetória, os seus contatos, os seus diálogos, as suas interlocuções é... O senhor mencionou até agora muitos, a maioria enorme de professores no exterior. É... No Brasil o senhor mencionou o professor Comparato como, digamos assim, um interlocutor acadêmico.

C.S. – É. Sem dúvida.

R.M. – Mas não outros. O senhor é... O senhor acha que a academia jurídica no Brasil... Como é que ela está em relação ao que existe no resto do mundo? Como é que o senhor vê a pesquisa jurídica no Brasil em comparação com o que ela já foi, com o que ela poderia ser, com o que ela deveria ser? Uma apreciação.

C.S. – É. [inaudível] Bom, vamos falar do lado bom primeiro. O lado bom é que eu acho que existe mais uma pluralidade, existe mais pluralismo de visões dentro das instituições. Aquilo que eu falei, dentro de uma mesma faculdade você encontrar pessoas com tendências políticas, ideológicas completamente opostas. O que no exterior se encontra bem menos, *bem* menos. Esse é o lado bom. O lado ruim a gente conhece. É... Infraestrutura precária para quem quer se

dedicar ao tempo integral, com exceções como a GV, mas é e... Normalmente infraestrutura precária e pouca interlocução interna, você tem toda a razão. Nossas oportunidades de interlocução são pequenas. É... Eu acho que esses são os grandes... Às vezes são mencionados muitos problemas de metodologia. Eu sou um pouco cético em relação a eles. Se a gente... Quando há seriedade na pesquisa, na apresentação da discussão é bom que haja metodologias diversas. É bom que haja... É interessante que haja uns ensinando o método positivista o outro com métodos de clínicas. É ótimo que haja, mas tem que haver dedicação. Não pode ser um professor que passa por ali correndo para ir para o seu escritório, ou para o Ministério Público, ou para o Tribunal. Então eu acho que a pedra de toque é infraestrutura e a dedicação tempo, não é?

R.M. – Como é que o senhor enxerga uma carreira de professor de Direito em período integral? É... Quando o Direito é uma área, digamos assim, tão prática na sua vida e na sua forma de existir.

C.S. – Eu acho importante. Eu... O que... Talvez o que não dê para ter como nas faculdades de Ciências Exatas, *só* pesquisadores em período integral. *Só* professores em período integral. Uma mistura é boa. Ter professores que são, que tem uma vida prática, mas ter pesquisadores em período integral. Essa mistura eu acho ideal. É... Mas é evidente a necessidade de ter professores em período integral para que aumente a dedicação aos alunos, ao ensino e à pesquisa porque os outros sozinhos não o farão.

M.S. – É... Entre os anos 2002, 2004, o senhor foi membro da Comissão de Graduação e é... Também teve outros cargos mais administrativos. Como o senhor avalia importância da participação do docente junto a essas decisões da faculdade?

C.S. – É muito importante. O duro é que eu nunca tive muita vocação para coisas administrativas, mas que é fundamental é. É a história da dedicação, não é? Quer dizer, o professor ter dedicação exige que alguma tarefa administrativa ele assuma. Eu acho que essas tarefas não podem ser exageradas porque faculdades precisam de administradores profissionais. Aliás, a gente se recente na faculdade dessa falta de administradores profissionais. Mas é... Alguma participação administrativa tem que a haver sim.

R.M. – Como é que o senhor enxerga é... A situação do ensino do Direito hoje em comparação, por exemplo, ao que era... Com a época em que o senhor foi aluno, não é? É evidente, existem problemas de infraestrutura, mas o senhor faria uma apreciação geral assim, do ponto de vista tanto dos professores quanto dos alunos. A postura dos alunos, é... Envolvimento de professores, a qualidade é... A qualidade das aulas, a discussão em geral. Como o senhor...

C.S. – Eu acho que melhorou. Melhorou por várias razões. Eu nem sei se a aula em si, mas melhorou porque eles têm mais oportunidade de viajar e conhecer outras experiências. Melhorou porque existem grupos de estudo aos milhares. É... Eles podem se engajar em um monte de coisas quando estão na faculdade. Então eu acho que melhorou distintamente. É... Esses para mim são os dois grandes pontos de melhora. Ensino em si, não sei, mas de novo... Ensino em si, desde que a gente mantenha o pluralismo... É *bom* ter métodos diversos.

R.M. – Professor as suas, o senhor tem uma lista muito extensa de publicações, é... De artigos, livros, capítulos de livros, livros em coautoria, é... Como é que o senhor representaria a trajetória das suas publicações é... Em duas vertentes distintas, a primeira a importância que o senhor atribui para cada uma delas, para si próprio em termos de gosto, não é. Então o senhor já disse, por exemplo: “Olha essas duas obras posteriores ao meu concurso eu considero que são minhas obras mais críticas do que talvez outras anteriores.” E do ponto de vista, aí não dessa dimensão mais pessoal, mas do impacto, não é? Como é que o senhor avalia é... O impacto das suas obras, ou dos seus artigos...

C.S. – É... Bom...

M.S. – No Brasil e fora?

R.M. – No Brasil e fora, certamente.

C.S. – Bom... No Brasil talvez... Engraçado a gente... Nem sempre o que a gente *quer* que tenha mais impacto é o que tem, não é? Às vezes, é... Mas eu acho que as que mais tiveram impacto foram as de Direito Concorrencial porque vieram em uma época em que estava se formando

Direito Concorrencial no Brasil, não é? Então elas influenciaram muito o... Muito. Eu acho que influenciaram a formação disso, a jurisprudência e tal.

R.M. – Que é o... Desculpa. [*Condutas e Estruturas*].

C.S. – É. Porque se você me perguntar o que eu gostaria que tivesse mais impacto? Esses²⁵. Porque esses... O Direito Concorrencial a gente não muda. Não transforma tanto a realidade assim, não é? Um pouco, mas não é tão transformador. Aqui já é uma proposta de mudança estrutural mais ampla é... Mais transformador então para mim é... Eu acho que... Eu gostaria mais do impacto desses. Mas esses são livros mais críticos eu não sei. Ou vai demorar ou não terá um impacto. Mas uma coisa que a gente aprende em academia também é que a gente tem que falar para as paredes durante muitos anos para depois a coisa ter impacto, sabe? Então em muitas áreas eu me tornei um especialista em falar para as paredes. Mas tudo bem, o tempo passa, às vezes um ou outro efeito acaba tendo, sabe?

R.M. – É... O senhor do ponto de vista profissional e acadêmico, essas obras que o senhor diz que sentiu maior impacto é... Qual o senhor avalia que foi o potencial transformador delas para a *sua* própria trajetória ou as outras enfim. É... Algo como se, o senhor pudesse dizer: “Olha, antes dessa obra aqui eu era, pelo menos percebido como uma pessoa, depois dela eu passei a ser...”.

C.S. – Eu acho que essa aqui muito importante porque depois dela eu a... Eu passei a me perceber como uma pessoa bem mais crítica, e o que me deixou feliz. É... O quanto isso passa para os outros eu não sei. Não sei. Não sei dizer. Mas eu... O que na minha visão própria é essa aqui porque está representando uma transformação, uma liberação de certos temas, uma transformação pessoal, uma liberação de uma série de coisas, sabe. De uma série de amarras.

R.M. – É... O senhor é... Tem uma atuação importante em Direito Econômico e tem um gosto muito grande pela História, como o senhor falou e é possível ver pelas suas publicações. Como é que o senhor faria... Qual é a apreciação que o senhor faz é... Uma apreciação rápida da

História do Direito Econômico no Brasil a partir dos seus personagens e das suas obras de, de destaque. Se o senhor tivesse que montar um cânone de leituras para quem quisesse entender o Direito Econômico no Brasil, por onde o senhor começaria? Por onde o senhor começaria?

C.S. – Bom, começaria de novo, é fácil, pela trinca de ases. Não é pelos juristas, não. É pela trinca de ases da História Econômica²⁶. É... Eu acho que a partir daí tem artigos importantes. É... *O Indispensável Direito Econômico* do professor Comparato. Trechos do Paulo Bonavides de direito, das garantias institucionais são que fundamentais para o Direito Econômico. Alguns artigos do Washington Peluso²⁷ são relevantes. É... *A Ordem Econômica* do professor Eros é um livro relevante. É... Mas eu não sei, eu acho que... Eu acho que se eu fosse aconselhar eu diria: *entenda* realidade econômica antes de tudo. Entenda a realidade econômica. O Direito... Depois, o Direito vem depois, sabe? Mas entenda a realidade econômica *profundamente* porque senão não há como atuar sobre ela. Então eu recomendaria uma leitura aprofundada desses livros de História Econômica.

M.S. – E o senhor acha que a faculdade de Direito dá conta de mostrar essa realidade?

C.S. – Não. De jeito nenhum, de jeito nenhum.

R.M. – O senhor acha que ela deveria dar conta ou isso é uma dimensão da formação que necessariamente tem que ficar...

C.S. – Não eu acho que deve dar conta. Eu acho que teria que dar conta. Mas, por exemplo, são dois mundos diferentes. Quando eu vou lá com os alunos para a Ouvidoria para o... A Ouvidoria do... É a Ouvidoria do Trabalho dessa Clínica de Direitos Humanos que a gente vai ouvir as reclamações de violações dos Direitos Humanos das pessoas em situação de rua. A gente desce passa o 11 de agosto, sabe? E lá tem um lugar que começam a ser as salinhas do Convento. Tem uma... E um lugar chamado chá do padre. É... Ou seja, é verdadeiramente na

²⁷ Washington Peluso Albino de Souza (1918-2011). Foi professor na UFMG.

porta dos fundos da faculdade. Ninguém vai lá e a é uma realidade completamente diversa, o que se vê ali, o que se ouve ali. E ninguém da faculdade fora essas moças e esses rapazes ali de muito ideal, ninguém está minimamente interessado nisso, não é, e é uma realidade que nos circunda.

R.M. – Eu tenho uma pergunta sobre um livro, que é um livro originalmente do professor Comparato, do qual hoje o senhor hoje é coautor, que é *O Poder de Controle nas Sociedades Anônimas* [O Poder de Controle na Sociedade Anônima]. É... Aquele livro tem uma característica que eu acho muito única. E em se tratando da obra original do professor Comparato a gente pode dizer que ela é única porque a primeira parte do livro, talvez a primeira metade do livro, ou o primeiro terço do livro, não se parece nada com um livro de Direito Comercial, Direito Societário porque é, enfim, é sobre poder. É... Qual é a relação, é... Porque na verdade ele parece, a primeira parte do livro, o livro parece mais um livro sobre o controle do poder do que sobre o poder de controle em algumas partes. É... O senhor enxerga relação entre isso e o contexto político que existia quando o livro foi produzido?

C.S. – Essa é uma pergunta dura porque ela... Olha...[pausa] Porque para dar resposta completa sobre isso eu toco em pontos que eu não sei se eu queria tocar porque são histórias de pessoas que não... Deixa eu falar da lei. A lei societária eu acho que o valor que se deu a ela, o valor que se deu ao poder de controle está intimamente ligado ao contexto político. Poder econômico, poder militar e poder político estavam, como em toda situação, como todas essas situações de exceção, de limitação a direitos, de golpe, como na época que, por exemplo, se sucedeu a República de Weimar, o nazismo, essa trinca se autoprotigia: poder econômico, poder político e poder militar. Então eu acho que todo movimento da lei das S.A. e o movimento de é... De superafirmação do poder de controle está intimamente ligado, sim, à sustentação do regime militar. Então, nesse sentido, eu acho que uma visão crítica, até desconstitutiva desse poder é muito importante até hoje, sabe? Muito importante. Até hoje é pelo que eu me debato, não é? Sempre me debati.

R.M. – O senhor acha que a compreensão atual sobre esse tema é... Falando de maneira geral, não fazendo um retrato da área, dessa área acadêmica, não necessariamente da sua reflexão sobre ela é... Percebe essa relação ou, e mudou a compreensão sobre o poder de controle como

talvez deveria ter mudado em função da alteração, ou se é que deveria ter mudado, em função da alteração da realidade política?

C.S. – Olha, eu acho que ela mudou um pouco. Ela mudou mais por causa da mudança da realidade econômica do que da política porque no Brasil é... A política muda, não é, mas a infraestrutura de poder está embaixo. Ela garante que as coisas mudem, mas não mudem tanto. Infraestrutura de poder econômico está em baixo. É... Mas eu acho que ela mudou mais por causa da mudança econômica. Uma maior atuação do Estado, o fato das sociedades de economia mista terem ganhado *tal* importância faz com que paradoxalmente o poder de controle tenha se tornado é... Instrumental para que isso se fizesse. O poder de controle agora estatal dessa sociedade de economia mista. Mas isso foi por causa de uma reinserção do estado *via* atuação econômica direta, não mais *via* planejamento econômico, mas *via* atuação econômica direta. Então eu acho que foi menos uma mudança política porque as forças de poder econômico se acomodam às mudanças políticas e mais uma mudança econômica mesmo. Agora se você me pergunta continua relevante é... Pensar criticamente poder e controle? Não tenho dúvida nenhuma. Não tenho dúvida nenhuma.

R.M. – É... Como é que o senhor avalia as mudanças recentes pelas quais passou o Direito Concorrencial no Brasil principalmente a partir da...

C.S. – [Reforma].

R.M. – Da reforma do CAD?

C.S. – É. É uma reforma auspiciosa, ela... Como tudo mudar a ... Isso se repete, se repete, mas continua se fazendo, não é. Muda-se lei, mas não se muda a cultura, não se mudam as instituições. Mudar só a lei não adianta nada. Tem que mudar a instituição. Tem que dar é... Instrumentos à instituição CAD para aplicar a lei... Tem pontos muito positivos como análise prévia, mas para que esses pontos positivos sejam valorizados, é preciso que o CAD consiga fazer tudo aquilo. Conseguir fazer milhares de análises prévias é muito diferente de fazer análises posteriores e deixar um monte de processos para julgamento muito tempo depois.

Então a resposta é: mudar a lei é só um pequeno passo. Vamos ver como é que o CAD se estrutura para dar conta de todas as novas tarefas que ele tem com a lei.

R.M. – Ainda pegando carona em uma pergunta anterior que a gente fez para o senhor sobre a relação do professor, da advocacia, do professor tempo integral é... Do professor que também é advogado. Como é que o senhor enxerga que deve ser a relação entre academia e mercado? Existem diferentes maneiras de relação, então eu posso, por exemplo, ter um mercado financiando atividades acadêmicas é... Ou eu posso ter um mercado criando, como tem os escritórios que fazem, criando o seus próprios centros de formação. Como é que fica o... Como é que o acadêmico se posiciona em um mundo em que a interação entre mercado e academia é cada vez maior para que de um lado ele não perca aderência em relação ao mundo que ele tenta descrever e que ele tenta entender e de outro lado ele preserve a sua identidade como um acadêmico?

C.S. – Olha, eu tenho umas posições meio fortes em relação a isso. Eu não acho que universidades... Eu acho que essa colheita de dados práticos pode ser feita pessoalmente pelo acadêmico sem necessidade de uma interação academia - mercado. Eu acho essa interação desnecessária, eu estou falando particularmente no caso da universidade pública, sabe? A USP não precisa, com o orçamento que tem, não precisa de é... De influxo nenhum no mercado. Não precisa de influxo nenhum. É... Então, e eu acho que a produção independente de conhecimento é a função da universidade pública e ela não deve ser maculada por contatos diretos com a necessidade de mercado. Isso não impede que ela reflita. De novo, isso não impede que ela *reflita* sobre problemas práticos. Eu só não acho que ela deve ser financiada ou de alguma forma pautada e quando ela é financiada normalmente ela é pautada pelos interesses do mercado. Então nesse sentido, eu acho que uma separação... A separação deve ser total ou quase total.

R.M. – O senhor julga, por exemplo, que há um problema de governança, digamos assim, em um modelo como o modelo norte-americano que é tão, que é tão permeável a contatos...

C.S. – É...

R.M. – Inclusive do ponto de vista de financiamento entre atores privados e academia?

C.S. – Ele é, mas cuidado hein. Tem muita... Eu acho que tem muita... Ele é, mas ali por causa da tradição e da história eles sabem muito bem fazer uma diferença entre, entre receber a doação e deixar se influenciar com ela, com algumas exceções, não é? Algumas vezes acontece essa é... Mas as melhores instituições sabem fazer essa diferença. E eu... E isso é um processo que eu acho que se construiu historicamente e também tem muito a ver com a alma, cada país aqui... Aqui seria muito mais difícil de construir isso. Existe uma disposição bem menor para doações e o interesse... Isso eu estou falando de constatação prática, sabe? É... É uma cultura bem menor de doações e de filantropia particularmente para a universidade e uma *cobrança* muito maior de resultados. Então eu acho que aqui esse modelo seria mais problemático do que lá.

R.M. – É...falando especificamente da atuação individual do senhor, mas é... Como representativa da atuação de um jurista. É... O jurista, por exemplo, recebe, muitas vezes, pedidos de consultas ou de elaboração de pareceres. Como é que funciona? Como é que o senhor administra o fato, lida com o fato... É... De eventualmente posições que não sejam as posições do senhor serem objeto de consulta? Como é que se lida com isso?

C.S. – Olha, muito bem. Essa é a parte divertida da profissão. Quer dizer, primeiro lugar, dizer muitos não. Muitos não. Então mais do... 50% do que me vem eu digo não. É... Eu até brinco com meus amigos: “Uma pena poder falar... Vocês verem só os pareceres que eu fiz e não os que eu não fiz. Porque esses falam mais sobre a trajetória do que o que se fez.” É... Esse é o primeiro grupo. Muito grande. O segundo grupo, interessantíssimo, mas não tão grande é: o cliente vem com uma consulta e você o convence a aceitar uma solução diferente. Isso tem acontecido para mim. E é uma grande satisfação. Então o sujeito vem, ele vem querendo que defenda uma posição, eu falo: “Não vai dar. Você vai perder com essa posição.” E aí o convence a oferecer alguma coisa. Isso já me aconteceu em diversas coisas. Como, por exemplo, com autoridades administrativas é muito interessante você falar: “Escuta, ofereça alguma coisa. Ofereça um compromisso de desempenho. Aceite isso ou aquilo.” E vê-los aceitar é muito bom. É claro que é aquela história o pão mais macio é o pão sovado, não é? Então quanto mais batido eles vem pelas autoridades administrativas, mais macios eles vem para aceitar uma, uma solução que não é aquela do interesse direto deles. Então existe esse

segundo grupo que é muito interessante. Ele vir com um interesse e sair daqui com outro. Sair daqui com uma outra opinião. “Não, não é isso que você vai fazer. Você tem que fazer aquilo.” E eu já vi boas, belas experiências nesse sentido. Não numerosas, mas boas e belas. E um terceiro grupo de coisas que simplesmente dá para fazer parecer na forma que está sendo pedida. São coisas diretas, fáceis ou que não conflitam em nada com as coisas que eu penso, que eu escrevi. E aí perfeito, não é?

R.M. – O senhor se recorda do primeiro parecer que o senhor deu, assim como um parecerista, que foi procurado?

C.S. – Ah, não. Não porque eu sinceramente não vejo, eu queria dizer isso, eu não vejo a atividade de parecer como muita gente vê, como um... Uma coisa *tão* elevada assim. É uma atividade de consultoria de um professor, mas eu acho que o elevado mesmo é a produção acadêmica. Então eu não tenho... Por causa disso talvez eu não me lembre. Não é aquela *coisa* que me marcou, sabe? É um trabalho... É um trabalho, enfim, um trabalho. Talvez eu me lembre mais desses pareceres que eu te falei. Esses pareceres em que eu, em que deu para mudar alguma coisa. Esses eu me lembro. Esses eu me lembro bem.

M.S. – O senhor gostaria de contar sobre algum?

C.S. – É que aí entra em questões que é mais...delicadas.

R.M. – É.

C.S. – Talvez em... Ó eu só queria contar, eu vou contar da minha experiência enquanto advogado. Talvez seja uma coisa mais, mais, mais, incluindo pareceres, incluindo *tudo*, que mais me deu satisfação foi participar diretamente da elaboração das regras do novo mercado da Bovespa. Que isso foi transformador para o mercado de capitais brasileiro e deu muito prazer fazer e deu muito prazer ver o resultado, sabe? Então essa talvez seja a minha lembrança profissional mais cara. Mais cara e mais alegre. Mais do que qualquer um desses pareceres, mesmo esses que eu falo que tiveram algum efeito, enfim, modificador.

R.M. – O senhor já teve além dessa atuação na Bovespa alguma outra atuação ligada à sua expertise acadêmica assim de caráter regulatório ou planejador. Seja diretamente junto ao Estado, ao executivo é... Outras, outras, que outras é...

C.S. – Ah, eu já fui chamado... Não, dar opiniões sobre várias questões regulatórias de maneira assim esparsa. Na Câmara ou em debates que estão havendo em Agências Regulatórias. É... Diversas vezes. Mas eu tenho certa... Eu nunca vi resultados muito concretos porque o processo legislativo é uma coisa muito complicada, não é? Muito tomada por interesses, por relações de poder. Aliás, eu acho que o sucesso do novo mercado é uma parte disso porque ele na época quando ele surgiu, ele não estava tomado por situações de poder. Então deu para ser uma experiência transformadora. Enquanto na Câmara... A gente brinca em Direito Societário que aquilo parece um filtro ao contrário. Entra bom e sai ruim. Todos os projetos de reforma das leis de SA nos últimos 25 anos entravam super interessantes e saíam desaguadinhos, sem nada, sabe?

R.M. – Como o senhor acha que isso poderia ser é... Alterado sem que a gente precise esperar que os interesses deixem de atuar. Porque dificilmente deixarão, não é?

C.S. – É.

R.M. – Existe alguma solução?

M.S. – E o senhor pensou entrar para a política em algum momento?

C.S. – Não, nunca. É... Uma solução? Um novo Araguaia, talvez. [risos] Eu falo para os alunos, não é? Enfim, isso... Até os 70 anos eu ainda decido se vale a pena o Novo Araguaia, se dá alguma coisa para o Direito. Eu falo isso sempre com os alunos. Solução? Fora essa... Eu acho que tem, fontes de grande transformação vão ser poucas. Eu acho que mudanças ambientais vão ser uma grande fonte de transformação. Vai ter que se mudar o Direito profundamente. Ou então, ou então, enfim... Ou então essas transformações pontuais, não é? É... Ou então em um momento de total desilusão a volta para a opção revolucionária. [riso] Por isso o Araguaia.

M.S. – O senhor já falou da Clínica de Direitos Humanos, em 2006, se eu não estiver enganada. O senhor também criou o grupo Direito e Pobreza, é... Fazendo um gancho com essa questão da transformação. O senhor acha que os alunos, é... Cada vez mais têm se interessado por um trabalho transformador dessa realidade? Ou esses alunos desses... Da Clínica e do grupo de estudos são alunos mais críticos que...

C.S. – São, são. No geral... É uma pergunta difícil essa porque... Por isso que eu sempre comparo com a época da Revolução. Porque hoje é politicamente muito correto todo mundo se falar como transformador, não é? Todo mundo se apresentar como transformador. Agora transformador mesmo? Quem é que está... Quem está disposto a entregar a vida por isso? Entregar a vida no sentido de redirecionar a vida por causa disso? No segundo e terceiro ano todo mundo parece interessado, aí vem aquela necessidade de se encaixar em uma carreira, começa todo mundo a abandonar essas coisas. Essa pergunta então eu não sei responder, se o aluno hoje é mais crítico. Ele aparenta ser mais crítico, mas se na realidade ele é mais eu não sei. Eu acho que... Eu imagino que em relação à geração dos anos 60, 70, deve ser bem menos. Eu acho que ele deve ser bem menos. É... Os anos 80 foram arrefecidos, foram seguros. Os anos 90 mais ainda. Então é fácil comparar com os anos 80 e 90. Eu queria ver comparar com os de 60 e 70. Infelizmente eu não vivi essa época para poder ter uma comparação. Então eu não quero ser injusto com o aluno atual. Ele *parece* mais interessado, eu não sei se isso é uma realidade.

R.M. – É... Professor a gente quando é aluno da faculdade, enfim, quando é aluno de Direito, a gente aprende lá no primeiro ano as categorias fundamentais e uma das distinções, talvez a mais importante que nos seja apresentada é a distinção de Direito Público e Direito Privado, não é? Distinção interna ao pensamento jurídico. É... E a trajetória do senhor parece ser construída a partir de uma - sua trajetória diria intelectual não é? Pelo menos como o senhor a retratou aqui - a partir de uma temática que é uma temática não de distinção, mas talvez de união que é de controle do poder.

C.S. – Sem dúvida.

R.M. – O poder precisa ser controlado...

C.S. – É isso aí.

R.M. – Seja a partir dos Direitos Humanos, do ponto de vista do Direito Público, ou seja, talvez Direito Econômico é... Ali do poder econômico privado. É... O que é que o senhor acha que a, digamos assim, a governança do poder público, do poder estatal pode ensinar para a governança do poder econômico e vice-versa? O que é que a gente talvez deveria aproveitar do que foi bem feito em termos de controle de poder na esfera econômica e trazer para a esfera pública... É...

C.S. – Olha, eu acho que... Interessante isso. Eu acho que da esfera pública, sobretudo o Direito Constitucional, eu acho que a... Aí de novo Paulo Bonavides, quer dizer, os alemães que influenciam o Paulo. Mas eu acho que a, as garantias institucionais basicamente a ideia de que poder tem que ser diluído e separado é uma lição importante. Quer dizer, o Direito Constitucional ensina e, aliás, o Direito Societário aprende, nesse sentido, que a gente precisa dividir o poder. A gente precisa dividir o poder e se ele não é bem dividido ele se transforma em autoritário. Então a separação de esferas, a separação de... A separação organizativa é importante. É interessante, nesse sentido, comparar. Na verdade, o que uma sociedade anônima tenta fazer é replicar uma situação de separação de poder do estado, não é? do Direito Constitucional. Falar: “Olha, assembleia é a... O poder legislativo, o poder executivo é a diretoria e o conselho fiscal é o poder... É o julgador, não é? Mais auditoria.” Então eu acho que aí é a parte que... É a parte que o poder... A questão do poder econômico privado deve aprender do público, da esfera pública, de Direito Público, não é? O vice-versa... Eu acho que o vice-versa é a... Menos interno à organização e mais externo. No sentido de que é... Controles externos de poder econômico, dadas certas... precauções institucionais podem funcionar muito bem e funcionam bem no... Nisso que você chamou, não é bem Direito Privado, mas é o controle do poder econômico privado.

R.M. – Isso.

C.S. – Ah... E eu acho que esses controles externos faltam ainda no... Na esfera pública. E esses controles externos eu acho que... Que preci... Externos, aqui eu estou falando externos da sociedade mesmo.

R.M. – Sociedade civil.

C.S. – Da sociedade civil. E que eu acho que eles faltam não só por uma questão de falta de lei, mas uma falta de organização da sociedade civil. A gente tem uma... Baixo nível de organização... De organização de sociedade civil em ONGs, especi... Eu vou dar um exemplo, eu... Tomem as resoluções... Outro dia um... Tem um rapaz da faculdade que escreveu um artigo sobre isso. Resoluções da Anatel. Consultas públicas da Anatel que vão virar resoluções. Se vocês forem olhar quem se manifesta nas consultas públicas, 98 para 99% é empresa ou escritório de advocacia ligado à empresa. *Cadê* a ONG de Direito do Consumidor? *Cadê* a ONG que, especializada em tele... Naquele mercado para se manifestar e dizer: “Isso aqui está errado.” Aí a captura fica fácil porque só quem está lá e quem está com informação, e quem está é o poder econômico privado. Então a organização da sociedade civil é *muito* importante para esse controle externo do poder público e de tudo o que dele sai. Então isso depende um pouco... Eu falo isso para os alunos: “Depende nós. Não adianta ficar sentado falando, “Que absurdo!” Organiza, forma uma ONG, estuda essa matéria, vai lá se manifestar em uma consulta pública. Faz alguma coisa, não é?” Então isso depende de nós, não é?

M.S. – Talvez... É... Em 2008, o senhor escreveu no *Tendências / Debates* um artigo chamado *Menos Mercado* e depois, em 2011, o *Menos Mercado 2*. É... 2008, 2011 como o senhor vê, porque o senhor afirma, não é, que é... Os... Bom, não vou ler todo o trecho na entrevista, mas...

C.S. – Não, tudo bem.

M.S. – Como o senhor vê a questão hoje? Mudou em relação ao artigo de 2011?

C.S. – Não.

M.S. – Em relação à crise...

R.M. – Sim, precisando de menos mercado?

C.S. – Continuamos precisando de menos mercado, muito menos mercado. Eu dava exemplo da questão financeira que eu acho que continua premente. Tem uma série de mercados que não são úteis ou não são necessários ou não criam valor, não... A gente vive uma febre de achar que merca... Qualquer coisa, qualquer solução, eu preciso ter um mercado. “Crie-se um mercado que criar-se-á valores.” Isso não é verdade. Muitas vezes, crie-se um mercado e destruirá, destruir-se-á valor e criar-se-á uma crise enorme. É... Então eu acho que a gente podia... No mercado financeiro dava para tirar uma metade disso tudo que está aí. E aí... E não teria... Aí dava para simplificar o mercado financeiro pela metade. Não teria prejuízo nenhum. Só teria ganho em relação à não especulação. É... Então eu acho que a gente precisa ainda de *muito*, muito menos mercado. Mas, de novo eu não sei se isso aí é uma...algo fácil de conseguir ou se a gente não vai ter que voltar para a solução do Araguaia também. [risos]

M.S. – Será que a crise não está forçando os países a terem que revisar...

C.S. – Um pouco, mas você tão pouco que se fez nos Estados Unidos, por exemplo, foi e voltou, foi e voltou. Foi um pouco, um pouco uma desilusão o que aconteceu lá. *Houve* progresso, mas muito menos do que deveria ter havido. Muito, *muito* menos. Então eu acho que essas crises vão continuar é... Até que venha uma mais forte e eu acho que uma mais forte, de novo, repito, vai ser impulsionada também por questões ambientais. Para aí ser uma crise mais transformadora. [inaudível].

M.S. – E o senhor acha que o papel do Brasil vai ser importante?

C.S. – Ah, eu espero que sim. Eu espero que sim. Espero que sim porque desses países, quanto mais desenvolvido o capitalismo, mais solidificada a estrutura econômica, não é? Então mais difícil é de ter algum, alguma voz transformadora, mas é...

M.S. – O próprio hábito de consumo também.

C.S. – O próprio hábito de consumo. A transformação de todos. Marcuse²⁸ estava errado. O homem não era unidimensional porque ele, ele se tornava uma parte da produção, é porque ele se tornava uma parte do consumo. É a mesma coisa. Marx, ele... Todos estavam certos, só que errados em um ponto. Marx²⁹ não estava errado, estava errado dizer que o capitalismo vai destruir o capitalismo. Não, o capitalismo não vai destruir o capitalismo, vai destruir o mundo. Então eles erravam no lugar, sabe? Marcuse a mesma coisa, hoje o homem é unidimensional por causa do consumo, não por causa da produção.

R.M. – É... Professor, indo já para uma parte mais final da entrevista. É... Reavaliando a sua trajetória, não é? Em que momento o senhor julga que... Ou o que teria sido determinante, na sua opinião, para que o senhor deixasse de ser um jovem talentoso, estudioso, inteligente, que estudou em uma boa faculdade, que teve uma experiência valorosa de pesquisa no exterior, que voltou aqui, enfim, que continuou estudando é...se doutorou. Em algum momento o senhor virou o professor Calixto Salomão Filho que é, enfim, um jurista, nacionalmente conhecido e que se distingue inclusive, em relação a pelo menos na apreciação social que o senhor tem, não é? Se distingue em relação a outras pessoas que são inteligentes, estudiosas e eventualmente que fizeram doutorados, até que são professores de universidades de prestígio. O que é que o senhor acha que foi é... Determinante para que o senhor conseguisse destaque o senhor tem como um... Como um intelectual do Direito, um intelectual público do Direito, um jurista. Alguém que... Enfim... Um jurista.

C.S. – É... Todas as perguntas que tocam em vaidade me... Eu acho que a gente tem que se *proteger* contra elas porque é uma coisa que faz muito mal, sabe. É... Eu responderia que... Eu vou dar duas respostas. Uma da sua pergunta e uma de outra pergunta que eu talvez teria feito que é... A sua pergunta é... Esforço e sorte em iguais proporções. Sorte de estar no momento certo no lugar certo. Então...

²⁸ Herbert Marcuse (1898 -1979). Foi sociólogo e filósofo alemão naturalizado norte-americano, pertencente à Escola de Frankfurt.

²⁹ Karl Heinrich Marx (1818 -1883). Foi um intelectual alemão, fundador da doutrina comunista moderna. Atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista.

R.M. – Mas tem alguma coisa assim, por exemplo, passar na São Francisco, ou ter publicado os dois livros de concorrencial. Alguma coisa que o senhor fala: “Puxa, isso aqui, percebi que é... Digamos assim, fez com que eu fosse visto de uma maneira...”.

C.S. – Porque vê como é chance? Quando eu publiquei a sociedade unipessoal, eu acho que o... Quem fez o relatório para revalidação do diploma estrangeiro foi o professor Comparato. Acho que ele estava com... Era uma época, ele já estava com muita raiva da faculdade, ele falou: “Olha...” No final, se tornou um marco depois porque foi publicado. Ele falou... Um marco para mim. Ele falou, disse assim: “Quem dera tese de livre-docência e de titularidade nessa faculdade fossem tão boas quanto essa tese de doutorado.” Porque ele estava com raiva da faculdade, sabe? Isso se tornou uma coisa de... O pessoal falou: “Nossa, mas o professor Comparato falou isso da tese, então deve...” Isso foi um marco porque eu ouvi falar muito depois. Estou dizendo do que eu ouvi falar. Por isso é que eu digo, o que é que teve nessa opinião? Teve ele ter gostado da tese, eu ter me esforçado na tese e teve ele estar com raiva da faculdade. Então, em iguais proporções é esforço e sorte e momen... Sorte nesse sentido, de momento. Estar no lugar... Então é por isso que esse tipo de... Sinceramente essa pergunta eu não acho que...

R.M. – E qual é a pergunta que o senhor teria feito?

C.S. – A pergunta que eu teria feito é, quando eu passei a me valorizar? *Eu* passei a me valorizar. E eu acho que é quando eu me libertei dessas amarras, de... Quer dizer, eu não quero criticar a sua pergunta, eu entendo a sua pergunta só que é uma pergunta que eu acho que eu não devo responder. Eu não sei, é... Mas quando eu passei a me valorizar? Sobretudo quando me liberei dessas amarras de uma carreira acadêmica que te impõe certos, certos passos. E quando eu acho que me tornei um estudioso mais livre. E aí eu comecei a escrever as coisas que eu realmente gostava, que de uma maneira interessante se ligavam àquilo que eu gostei lá desde o colegial, à História. No fundo isso aqui é um livro de História. Pela primeira vez eu pude escrever um livro de História unindo Direito e Economia. É... Aliás, eu demoro para publicar isso no Brasil porque eu estou procurando uma editora que não seja jurídica. Seja uma editora que, por exemplo, chega a um colegial, que um estudante de colegial leia uma história crítica sobre como as estruturas de monopólio vieram na nossa história econômica, não é? É...

Então eu acho... Que para mim esse foi o... Você perguntou qual o marco que foi para a sua carreira? Talvez externo tenha sido esse um... Coisas assim fortuitas um prefácio... muito laudatório, um concurso que eu fui bem, mas para mim é isso. Para mim é isso, essa liberdade de escrever e ser crítico.

C.G.. – Posso fazer uma última pergunta?

R.M. – Claro.

M.S. – Professor eu tenho uma curiosidade em relação à união das duas atividades, vamos dizer assim, por excelência acadêmicas, que é a docência e a pesquisa. O senhor acredita que na sua trajetória a atividade como docente te proporcionou alguns momentos interessantes do ponto de vista da reflexão e que enriqueceram a sua pesquisa?

C.S. – Ah. Sim.

C.G. – O diálogo com os alunos. O senhor chegou a ter momentos interessantes nesse sentido?

C.S. – Os cursos monográficos é... São muito interessantes, que você, eu... Esse livro aqui, antes de publicar eu dei um curso. Esse livro é produto de três anos de curso na França, em que eu expunha para os alunos e ficava ouvindo, anotava as coisas [babababa]. Quer dizer, os cursos monográficos são muito bons. Eu já fiz isso, eu já fiz com o Condutas também na pós-graduação na USP é... Cursos monográficos são muito ricos, cursos que você cria são muito ricos. Aqueles cursos formatadinhos de graduação eu... São chatos porque não dá para fazer isso. A não ser quando você adota um programa alternativo. O que eu tenho feito agora é dado aula com alguém que me ajuda, que segue o programa da faculdade e eu dou um programa alternativo. Então eu falo para eles: “Ó, vai ter um professor que vai ser o orientador de vocês ao longo do curso e eu vou ser o desorientador. Vou criar dramas para vocês.” Aí é interessante.

C.G.. – E há espaço para a formatação desse tipo de curso ainda dentro da grade tradicional ou obrigatória, vamos dizer assim?

C.S. – Há. Há porque... Há, mas você nota que dentro de uma [redação de] aqui, aí sim, a história do professor titular. Como eu sou professor titular eu posso pegar um assistente e falar: “Você dê um curso e eu dou um curso alternativo”. Então mesmo aí é uma coisa meio fortuita, meio decorrente de uma hierarquia. Não é decorrente de uma liberdade natural. É decorrente de uma hierarquia. Melhor seria se fosse de uma liberdade natural. A gente está tentando caminhar lá para reformas de grade e tudo, mas eu acho que ainda não estamos. Estamos longe do ponto ideal.

M.S. – É... Talvez a última?

C.S. – Ela é... No fundo ela é muito interessante, mas é muito interessante de não responder. Ela não é uma pergunta interessante de responder. É uma pergunta interessante de *não* responder. E eu não estava querendo ser desagradável, mas no fundo o que eu queria dizer era isso.

R.M. – Claro.

C.S. – Não tem o que responder por que ninguém fez uma grande transformação. Muita gente ia se ofender com essa resposta, mas é verdade. Passem um pouco pelos prêmios Nobel de Física, de Ma... De Química e fiquem pensando que a penicilina, a invenção da penicilina. Nossa Senhora! Nada. Nada. Não adianta ter prêmio Nobel de Direito. Para quê? Para um ficar laudando o outro. O que é que mudou?

M.S. – A nossa última pergunta tem total relação porque é...

R.M. – É. Tem total relação.

M.S. – A gente tem esse roteiro, não é? Até para comparar, não comparar, mas para entender a percepção dos nossos entrevistados sobre as mesmas coisas. E a nossa pergunta também, uma das últimas é, o que é um grande jurista para o senhor? [risos]. O senhor já respondeu um pouco. Talvez...

R.M. – Existe um grande jurista? Existe... Faz sentido falar em um grande jurista como faz sentido falar em um... No Einstein como um grande físico?

C.S. – Olha, faz sentido falar no sentido de pessoas que ti... Que tiveram ou tem um ideal transformador. Tentaram, tentaram dentro dos seus limites, mas os resultados são parcos perto dessas outras ciências. O Direito... Isso ... o lado ruim e o lado bom. O lado ruim é que o mundo se transformou tecnologicamente em é... 300 anos. Fizeram-se revoluções e o Direito não mudou. Então esse é o lado ruim, nada mudou. O Direito ao contrário, ele continuou por força da, do marasmo positivista, sobretudo, não é? Ele continuou como uma, um reflexo da base. Da base econômica e tal como uma sustentação da base. É... Não há nenhuma grande transformação que tenha ocorrido com o Direito. Repetindo o que eu falei, seria injusto pensar um prêmio Nobel para o Direito porque não há grande transformação da História da Humanidade é... Com base em alguma grande ideia jurídica. Fora a revolução... Fora mudanças específicas decorrentes de contextos sociais específicos. Então o movimento dos Direitos Humanos nos Estados Unidos na época da segregação. Mas isso é um contexto social específico. Não há, o que eu estou dizendo é que não há grandes ideias transformadoras como há na Química e na Física porque o Direito está muito preso. Ficou esses 300 anos muito preso aos dogmas positivistas. Então esse é o lado ruim. O lado bom é que tem muita coisa para fazer. Se o Direito não se transformou, ele tem muita coisa para fazer. Alguns exemplos. Imaginem, nós... O Direito foi todo imaginado para a escassez³⁰ para, para a abundância. Nós vamos começar, estamos começando a viver um período de escassez. Isso tudo vai ter que mudar. Como é que a gente pode pensar, por exemplo, em uma... No direito de propriedade como um direito absoluto? Ele pode ser absoluto quando dá para eu segregar alguma coisa para mim e quando não der para segregar porque a escassez é absoluta? De recursos naturais... Esse direito de propriedade vai ter que mudar. Tanto é que existe uma teoria que hoje só está sendo aplicada ainda a bem, a recursos naturais que é a teoria dos bens comuns, dizer: “Olha, tem vários interessados naquele bem. Vamos reconhecer que vários interesses tem, que eu tenho que separar os elementos integrantes do direito de propriedade. Dar o uso para alguém, dar a administração para outro, etc, etc, etc.” Então o Direito tem que se transformar e tem muitas vias para a transformação. Essa é a boa notícia. Então, eu acho que no futuro... Vamos menos

³⁰ O entrevistado aqui se corrige, pois queria dizer “abundância”.

falar do passado e mais pensar no futuro. No futuro, grandes juristas serão aqueles que tenham essa disposição transformadora. Pensar nos problemas do momento e *acreditar* que o Direito pode ser transformador, não uma forma de manter o que existe, mas de reorganizar a sociedade. O Direito é uma alternativa de organização da sociedade. Ele nunca foi tomado como tal, ele foi tomado como uma forma de garantir o estado das relações e não de transformar e ele ter que ser visto como tal, como isso.

R.M. – Professor, mais alguma coisa que o senhor queira comentar, dizer? Nosso roteiro chegou ao fim aqui.

C.S. – Não, não. Ao contrário. Eu agradeço. Eu acho muito interessante isso que vocês estão fazendo é... Para ter um histórico, documentar as coisas. E...só tenho a cumprimentar vocês. Que isso!

R.M. Muito obrigado.

M.S – Muito obrigada.

C.G. – Obrigada.

[FIM DO DEPOIMENTO]

